

A RELAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PERANTE AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

André dos Santos Moreira¹

“Não pergunteis o que o vosso país pode fazer por vós; e sim, o que podeis fazer por ele”.

John F. Kennedy.

RESUMO

No artigo, objetivamos relacionar a forma pelos quais as micro e pequenas empresas enfrentam com os avanços tecnológicos, derivado pelos empresários que com seus recursos financeiros conseguem obter êxito no mercado com seus produtos mais bem acabados e com preços mais reduzidos, com isso conquistando uma fatia do comércio cada vez maior. Foi percebido que as empresas no decorrer dos anos utilizam meios pelos quais para atraírem seus consumidores pelo mundo afora, partem das bases científicas, as chamadas novas tecnologias, para liderar as organizações e pôr em prática as suas mercadorias no mercado.

Palavra-chaves: Empresa, Tecnologia, Mercado, Concorrência e Sociedade.

ABSTRACT

In the article, we aim to relate the way in which micro and small enterprises face with technological advances, derived by entrepreneurs with financial resources can succeed in the market with their most well-finished products and lower prices, winning a slice trade increasing. It was perceived that the companies over the years using the means by which to attract its customers around the world, leaving the scientific bases, the so-called new technologies, to lead organizations and implement their goods on the market.

Keywords: Enterprises, Technology, Market, Competition and Society.

1 INTRODUÇÃO

Nos países e populações de origem capitalista, desde o processo de industrialização até os nossos dias, várias foram as teorias e práticas sociais disseminadas nas empresas e nesta sociedade a partir de uma referência em termos de indústria que buscava, e ainda busca, a alavanca das fábricas a construir uma identidade das micro e pequenas empresas. Assim, vem sendo constantemente criado um mecanismo ideológico que contribua na construção dessas empresas uma visão tecnológica de aprimorar todo o sistema empresarial. No Brasil, a contribuição histórica, cultural e social fez com que os

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação nos cursos de Gestão Empresarial e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Infantil e de Graduação dos Departamentos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Petróleo e Gás e Direito da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

empresários utilizassem da tecnologia para crescimento de produtos de melhor qualidade, visando utilizar uma estratégia de formação de preços e combatendo as mercadorias importadas.

2 DESENVOLVIMENTO

As relações políticas econômicas vigentes nos países sejam capitalistas ou comunistas, e pelo qual está relacionado o produto a ser desenvolvido para estabilizar a economia e inovar alcançando o interesse populacional, fez com que as micro e pequenas empresas estruturarem e sustentem os seus produtos adequando-se a uma série de critérios composto pela transformação tecnológica de um país para com o outro.

A expressão “tecnologia” vem de encontro a tudo aquilo que há de mais moderno no mercado em maquinário. Falamos em entendimento porque seria uma forma da pessoa em saber lidar com o sistema tecnológico, não custando a lembrar que é uma ida sem volta da “máquina tecnológica” que depende dos gestores que representam os seus países envolvidos para que este sistema cresça a cada dia. De acordo com o país há uma grande variante, dessas tecnologias, principalmente nos países desenvolvidos, que disponibilizam de recursos para este investimento. Mas as empresas, como ficam neste meio para poder executar os seus produtos acompanhando este mercado tão disputado, que a cada dia é lançado no comércio algo novo com preço mais acessível à população, carece lembrar que algumas dessas indústrias, utilizam métodos artesanais para a composição de um produto e tão essenciais à vida e ao meio ambiente pelo qual vivemos.

A palavra empresa, lembra empresário, espírito empreendedor, é aquele que inova e estimula o crescimento econômico de um país, recebendo como recompensa o lucro. Mas toda inovação, seja um serviço, um produto, um processo, ou novos meios tecnológicos, reflete no lucro que se investe. Esse chamado processo de inovação por meio de novas máquinas modifica todo o processo de produção e modifica as estruturas da empresa, fazendo-a crescer e se estruturar fisicamente e com mão de obra qualificada, para dar continuidade ao processo de produção, e neste setor é que está a raiz do crescimento econômico de todas as empresas.

O progresso tecnológico cria formas e desenvolve toda uma sociedade atingindo a cultura dos povos, seus hábitos e maneiras, que muito das vezes até a sua religiosidade, muda o ritmo de vida das pessoas e modifica toda uma escala de produção de uma empresa.

Os agentes do desenvolvimento, os chamados inovadores, fazem com que as antigas fábricas que produziam uma determinada quantidade de produtos, de números bem menores, para uma superprodução de mercadorias levadas às pessoas através da propaganda, obtendo assim um aumento no lucro dos empresários.

A compreensão da abrangência e o alcance da competência no tratamento desses gestores está em saber planejar, organizar e colocar em prática aquilo que a população necessita e possibilita comprar. Utilizando deste raciocínio verifica-se a

necessidade do cidadão de acordo com produtos bem acabados e com valor bem aceitáveis com o salário pelo qual recebe.

“A desverticalização dos ciclos de produção, rompendo as cadeias integradas de origem fordista, criou um espaço para a pequena empresa, também nos setores de tecnologia avançada. E o crescimento do mercado, acessível agora de qualquer parte do mundo, provocou um processo de crescimento da variedade de produtos, que abre novos espaços às pequenas empresas que souberam inserir, de forma inteligente e maleável, nos muitos nichos abertos ao desenvolvimento” (CASAROTTO FILHO, Nelson, p.11).

O estatuto das micro e pequenas empresas denominam diversos assuntos de interesse do empresariado que concede um tratamento diferenciado nos campos administrativo, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial previsto na constituição federal, com isso inova o mercado e o lançamento de novas empresas com dispositivos de regras claras e bem objetivas que mostram de fato o problema enfrentado desses gestores, que antes não tinham dinheiro para investir, principalmente em tecnologia, para disputar um mercado competitivo com grandes tecnologias de ponta vindos de várias partes do mundo.

As empresas enfrentam uma política econômica entre investir em tecnologia nas micro e pequenas empresas para concorrer com as grandes empresas de igual para igual ou manter-se no mercado de forma arcaica sem crescimento. O problema está com o capital que é necessário a estas empresas para se adequarem a essas novas tecnologias. Muitas das vezes as MPE's para darem início a uma produção industrial, dependem financeiramente de bancos para se manter, criando logo em seus primeiros anos de sua existência, dívidas, pois é o meio em que muitas se “vêm” no mercado mundial. Esta fase de transição entre inovar ou não, é enfrentada pelas MPE's a cada dia sentindo-se imobilizada pela situação financeira em que se encontra.

(...) o fenômeno da globalização veio transformar a internacionalização em via de mão dupla, pela progressiva abertura das fronteiras entre países. Aumentou a permeabilidade negocial, complementando a já existente no fluxo de capitais. Dessa forma, as empresas, mesmo quando não se envolvem diretamente com o mercado externo, tem de enfrentar as empresas de fora no mercado interno. Por isso, precisam estar preparadas para essa internacionalização doméstica. Um desafio quase do mesmo porte da internacionalização em sentido estrito (BRASIL, Haroldo Vinagre, 1997, p. 65).

Ao contrário do que se propaga, a queda real dos empréstimos, para as micro e pequenas empresas, na economia brasileira, está longe de acabar, pois o governo brasileiro investe cada vez mais e com taxas de juros pelas financeiras cada vez menores, para que o empresariado das MPE's possa adquirir mais capital e com isso aumentar a sua produção industrial. Nessa circunstância o Brasil está a cada dia melhorando, estimulando o aumento ao empréstimo com o propósito de resolver o problema social que é o desemprego.

Após a estabilização dos preços, o endividamento de algumas empresas brasileiras no ramo das MPE's cresceu, porém, houve uma tentativa de alteração do perfil do endividamento, crescendo de longo prazo, enquanto o de curto prazo caiu. Quando uma

empresa utiliza linhas de financiamento para gerar empregos o próprio governo avalia a situação econômica e muda o perfil da dívida, ou melhor, renegocia.

Dentre todo esse capital para investimento na tecnologia, podemos apontar algumas características das relações humanas: o saber planejar, administrar, compreender, estimular e utilizar toda essa maquinaria para aumento da quantidade de produtos em suas indústrias.

As estratégias utilizadas com o avanço da tecnologia fizeram mudar o perfil do brasileiro em diversas formas. Foram abertos vários tipos de comércio, com a participação de todos, que antes era só para alguns com um determinado grau de cultura e conhecimento adquirido pela informação, e sim para todas as camadas da sociedade, que se manifestaram em interesses pelo conhecimento de produtos, antes não vistos pelos “olhos” do governo, que verificou que vale a pena investir e construir meios para que todas as pessoas possam interagir e ter acesso a toda essa evolução e exigir melhor qualidade pelos produtos a serem utilizados.

O hábito das micro e pequenas empresas brasileiras é muito diferente dos demais países que tem um poder financeiro e que investi neste setor tecnológico, que acompanha as mudanças pelo mundo com críticas relevantes ao conhecimento pela máquina. Transformar o meio pelo qual essas empresas enfrentam com mercado inovador, tem que propiciar a participação efetiva de todos, acreditando que o controle de informações tecnológicas não ficará nas mãos de um grupo e sim de toda a sociedade. O acesso é limitado e a participação é de poucos, este é o interesse de alguns empresários com as demais empresas nos setores da tecnologia.

Há décadas as empresas utilizam do marketing para vender seus produtos, diferenciando de empresa para empresa, principalmente na área tecnológica, onde seus produtos ganham mais força pela praticidade e estética.

As empresas não davam importância para detalhes como forma, textura e acabamento dos produtos que colocavam no mercado. Com a globalização, essa forma mudou e as pessoas passaram a ser mais exigentes com tudo que se compra, porém persiste a ideia de que custo, não é investimento, e que oferecer mercadorias que cumpre uma ligação entre um produto e outro, exige mais tecnologia entre as empresas para disputar um mercado tão acirrado mundialmente.

3 CONCLUSÃO

Como conclusão, podemos enfatizar que com o advento da tecnologia as micro e pequenas empresas fazem com que a economia mundial esteja crescendo em diversos setores desse país, como meio de gerar empregos e resolver o problema social das pessoas desempregadas, ajudando assim, o governo a solucionar um de seus maiores problemas, e também ajuda revitalizar a alta estima do cidadão. Os conhecimentos sobre a tecnologia e sobre todo o seu processo fazem gerar produtos mais bem acabados, com mais rapidez e de melhor qualidade. Na contramão das empresas que estão indo a falência por causa da crise econômica, as indústrias que utilizam infinitas possibilidades

tecnológicas com investimento em pesquisa, conseguem adquirir mais consumidores aumentando a concorrência de seus produtos competindo assim com o mercado mundial.

4 REFERÊNCIAS

1. BARROS, Frederico Robalinho de. **Pequena e média empresa e política econômica: Um desafio à mudança.** Rio de Janeiro: Aspec, 1978.
2. BATALHA, Mário. DEMORI, Flávio. **A Pequena e média indústria em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1990.
3. BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 1989.
4. BRASIL, Haroldo Vinagre. **Perguntas e respostas para a administração da pequena e média empresa.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
5. BRASIL. Lei n.7.256 de 27 de novembro de 1984. Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativa ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. São Paulo: Lex, 1984.
6. BREALEY, Richard A., MYERS, Steward C. **Princípios de finanças empresariais.** 3a. Mcgraw Hill de Portugal, 1992.
7. CARMELLO, Milton H.M., SCHOEPS, Wolfgang. **Administração contábil e financeira.** Rio de Janeiro: EAESP, 1968.
8. CARNEIRO, Teresa C. J. Utilização de técnicas de avaliação de projetos nas indústrias de médio e grande portes do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994. 86p. **Dissertação de mestrado em administração de empresas.** Instituto de pós-graduação e pesquisa em administração de empresas, COPPEAD/UFRJ.
9. CASAROTTO FILHO, Nelson. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** São Paulo: Atlas, 1998.
10. CAVALCANTI, Marly , FARAH, Osvaldo E., MELLO, Álvaro A. **O Diagnóstico organizacional: uma metodologia para pequenas e médias empresas.** São Paulo: Loyola, 1981.
11. CHAPMAN, Elwood N. **Relações humanas na pequena empresa/Elwood N. Chapman;** tradução de Ana Beatriz e Priscila. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1996.
12. COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista.** São Paulo: Makron books, 1999.

13. CREMA, Maria Celina da Silva. **Técnicas/Instrumentos de coleta de dados em pesquisa**. Texto datilografado. Florianópolis, 1994.
14. CUNHA, Idauto J. **O Salto da indústria catarinense: Um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
15. ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Serviço de pesquisa. **Empresa: pequena e média**. s.n: 19--?. Relatório 25.
16. FENSTERSEIFER, Jaime E., GALESNE, Alain, ZIEGELMANN, Júlio. A utilização de técnicas analíticas nas decisões de investimento de capital das grandes empresas no Brasil. **Revista de Administração**. São Paulo, v.22, n.4, p.70-78, out./dez., 1987.
17. GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 3a. São Paulo: Harbra, 1987.
18. MARION, Jose C. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 1986.
19. MARTINS, Eliseu, ASSAF NETO, Alex. **Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias**. São Paulo: Atlas, 1985.
20. MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.
21. MELCHOR, Paulo. **Leis da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o novo estatuto (Lei 9841/99)**. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 37, dez. 1999.
22. OLIVEIRA, Lucia M.B, MORAES, Walter Fernando A. de. Coleta de Dados Realizado por Questionário enviado pelo correio : Método Eficaz?. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.34, n.4, p. 85 - 92, Jul./Ago., 1994.
23. RHODEN, Marisa I. S. O Planejamento e análise financeira das micro e pequenas empresas têxteis e de confecções. Rio Grande do Sul, 1995.145p. **Dissertação de mestrado em administração. Programa de pós-graduação em administração, UFRGS**.
24. SÁ, Antônio Lopes de. **Tudo sobre a microempresa**. Tecnoprint, 1985.
25. SANVICENTE, Antonio Z. **Administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1983.
26. SILVA, Giovani Pereira. O Mercosul e a integração regional de economias emergentes: uma aplicação aos mercados Argentinos e Brasileiro. Rio de Janeiro, 1996. 200p. **Dissertação de mestrado em administração de empresas, PUC-RIO**.

27. TREUHERZ, Rolf M. **Análise financeira por objetivos**. 3a. São Paulo: Pioneira, 1978.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
ABERTA E A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA
NO PERÍODO DE 1997 – 2004**

Charles Moreto²

RESUMO

Trata, a partir da revisão da produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, de cinco periódicos nacionais³ e da produção do GT 08 – Formação de Professores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, das discussões empreendidas sobre a formação de professores por meio da educação a distância – EAD no período de 1997 a 2004. Conclui afirmando que a LDB 9.394/96 constitui-se em um divisor de águas para a EAD no Brasil o que refletiu quantitativamente na produção acadêmica com o aumento do número de trabalhos produzidos e qualitativamente, com a diversificação das discussões sobre a temática, abordando aspectos como elaboração e financiamento dos programas e projetos e os sujeitos envolvidos nos processos formativos, com destaque para o tutor.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação a distância. Revisão da produção acadêmica.

ABSTRACT

This work comes from the academic production review of the Education Graduate Program PPGE from Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, five national journals⁴ and the GT 08 production - Teacher Training of the National Association of Graduate Studies and Research in Education – ANPEd – This work is related to undertaken discussions about teachers training through distance learning education - EAD from 1997 to 2004. It concludes affirming that the law - LDB 9394/96 was the starting point (water divisor) to the EAD in Brazil which reflected quantitatively in the academic production with the increase in the number and quality of work produced, with the diversification of the discussions on the topic, covering aspects as development, funding of programs and projects and the individuals involved in these training processes, with emphasis on the tutor.

Keywords: Teachers training. Distance learning education. Academic Production Review.

² Professor e Coordenador do Curso de Pedagogia da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – UNISAM. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, na linha de pesquisa Formação e Práxis Político-Pedagógica do Professor. Desenvolveu pesquisa no Mestrado sobre formação de professores de séries iniciais do ensino fundamental na modalidade de educação a distância. charles.moreto@yahoo.com.br

³ Os periódicos são: Cadernos CEDES, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e Revista Educação & Sociedade.

⁴ Journals are: CEDES Notebooks, Research Notebooks from Fundação Carlos Chagas, Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos and Revista Educação & Sociedade

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi construído a partir do estudo por nós empreendido no curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, onde desenvolvemos a pesquisa “Formação de professores de séries iniciais do ensino fundamental na modalidade de educação aberta e a distância: um estudo sobre parceria entre professores de escola básica e professores da universidade”. Na ocasião, buscamos investigar se o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na modalidade aberta e a distância da UFES, desenvolvido no Centro Regional de Educação Aberta e a Distância de São Mateus - CREAD São Mateus, favorecia práticas de parceria entre os orientadores acadêmicos (professores da escola de educação básica) e os professores especialistas (professores da universidade).

Para tanto, fizemos uma revisão da produção acadêmica entre o período de 1997 a 2004, analisando: a) os trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGGE da UFES; b) os artigos publicados nos periódicos *Cadernos CEDES*, *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, *Revista Brasileira de Educação*, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e *Revista Educação & Sociedade* e; c) dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalhos - GT 08 – Formação de Professores – da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, investigando o que já havia sido publicado sobre formação de professores por meio da educação aberta e a distância no Brasil.

Utilizamos como critérios de escolha dos periódicos acima mencionados a acessibilidade, a expressividade no meio acadêmico, bem como consideramos a importância da instituição divulgadora e sua circulação nacional. Levantamento similar fizemos também a partir da produção do *GT 8 – Formação de Professores, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd*.

Nosso objetivo ao realizar este levantamento era o de mapear como vinha sendo discutida a problemática da formação de professores por meio da educação a distância, tanto no contexto local quanto no nacional, no período compreendido entre 1997 a 2004⁵, estabelecendo uma comparação com o período imediatamente anterior à promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96.

2 CONHECENDO AS DISCUSSÕES ACADÊMICAS EMPREENDIDAS SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

⁵ Nosso recorte aqui é estabelecido a partir do ano de 1997 devido a LDB nº 9.394/96 datar do dia 20 de dezembro, portanto, praticamente findado o ano de 1996 e por ser a mesma o instrumento legal que traz a abertura para o uso da educação a distância na formação de professores. Contudo, em relação aos trabalhos apresentados na ANPEd, estabelecemos um novo recorte (apenas para esse mapeamento), entre 2001 (ano em que é implantado na UFES o curso de Pedagogia/EAD) a 2004.

Legalmente, foi com a LDB nº 9.394/96, de 20 de dezembro, que pela primeira vez se tratou da educação a distância⁶. Assim sendo, antes da LDB nº 9.394/96, a temática da formação de professores em educação a distância era tratada pela academia? Com que frequência? De que forma? Era um aspecto ignorado?

Buscando algumas respostas iniciais a essas perguntas, recorreremos ao trabalho organizado por André (2002), que nos traz o estado da arte sobre a formação de professores no Brasil, no período entre 1990 a 1998.

O referido trabalho foi desenvolvido a partir de três eixos, buscando evidenciar 1) o tema formação de professores nas dissertações e teses (1990 – 1996); 2) o que dizem os periódicos brasileiros sobre formação e práxis dos professores (1990 – 1997); 3) as produções do GT 08 - Formação de Professores da ANPed (1994 – 1998).

Em relação às teses e dissertações defendidas nesse período (eixo 1), 284 tratam da temática formação de professores, sendo que, entre essas, apenas 02, ou 0,7% discutem a formação de professores por meio da educação a distância (ANDRÉ; ROMANOWSKI, 2002).

Esses trabalhos são a dissertação de Mestrado em Educação de Araújo (1995, apud ANDRÉ; ROMANOWSKI, 2002), cujo trabalho constitui uma proposta de capacitação docente em educação ambiental para professores de 1ª a 4ª série do primeiro grau, integrando a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando transmissões radiofônicas apoiadas por textos complementares. O outro trabalho é o de Trindade (1996, apud ANDRÉ; ROMANOWSKI, 2002) que analisa a experiência de formação em serviço a distância de professores e estudantes do último ano do curso de Magistério, desenvolvido pelo programa “Um Salto para o Futuro”, da Televisão Educativa - TVE do Rio de Janeiro.

Em relação ao eixo 2 do trabalho organizado por André (2002), intitulado “O que dizem os periódicos brasileiros sobre a formação e práxis dos professores (1990 – 1997)” e desenvolvida por Carvalho e Simões (2002), temos dentro de um universo de 115 artigos que tratam da temática formação de professores, de 10 periódicos nacionais⁷, apenas 02, ou 1,7% que tratam especificamente da formação do professor por meio da educação a distância.

O primeiro deles é o de Freitas (1995, apud CARVALHO; SIMÕES, 2002), que destaca o programa “Vídeo Escola” para a formação continuada do professor e seu efeito multiplicador. Com isso, discute a importância da teleeducação na capacitação de professores, visto que, segundo a autora, possibilita o atendimento de maior número de indivíduos espalhados pelo território nacional e que estão à espera de capacitação e

⁶ É importante frisar que na Lei 5.692/71, em seu artigo 25, parágrafo 2º, recomendava-se a utilização da tecnologia da comunicação nos cursos destinados a educação de jovens e de adultos, contudo, não se fala de educação a distância.

⁷ Os periódicos selecionados no trabalho organizado por André (2002) foram: 1) Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas); 2) Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; 3) Tecnologia Educacional; 4) Revista da Faculdade de Educação da USP; 5) Teoria & Educação; 6) Cadernos CEDES; 7) Educação & Realidade; 8) Educação & Sociedade; 9) Em Aberto; 10) Revista Brasileira de Educação.

atualização com qualidade controlada e avaliação. A educação a distância é apresentada como uma peça chave para dinamizar o processo de capacitação e atualização de recursos humanos na área da educação. Parte da premissa de que o conhecimento é a chave que abre as portas do mundo atual e futuro e que só professores capacitados é que podem difundir informações e isso só será possível com a maior capacitação qualitativa e quantitativa de professores, não apenas pelos meios tradicionais, mas também pela teleducação. Afirmar ser esta necessária para a ampliação de oportunidades para a formação, atualização e oferta de possibilidades ao professor para discutir suas dúvidas com outros professores do país, isso em rede nacional. Contudo, ressalta que a teleducação, por si só, não resolverá as questões apontadas e alerta para o fato de que administrar teleducação exige, além dos recursos tecnológicos, muita competência na condução e articulação das várias fases do processo, desde o planejamento até a conclusão.

No segundo trabalho, Ribeiro (1996, apud CARVALHO; SIMÕES, 2002) aponta a estratégia de capacitação de docentes através da educação a distância como necessária para reverter o quadro educacional do país e faz uma reflexão sobre a importância, a necessidade e a possibilidade de desenvolver um projeto teleducativo de qualidade em âmbito governamental. Para tanto, apresenta a experiência desenvolvida pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (órgãos do MEC) com relação à educação a distância. Segundo Ribeiro (*ibidem*), o sistema de comunicação, a tutoria e os encontros pedagógicos contribuíram para a qualidade do curso, sendo o professor-cursista considerado sujeito do processo de aprendizagem. Resultados positivos e negativos surgiram com a experiência, sendo os primeiros reflexões e discussões durante a elaboração do projeto do curso, o conteúdo, a tutoria, os encontros pedagógicos e a avaliação sistemática do desempenho; entre os últimos destaca-se a inadequação da época de implantação do curso, a dificuldade de acesso à bibliografia e o insatisfatório serviço de fax e telefonia para comunicação entre os tutores e cursistas. Finaliza, sinalizando que a experiência é uma alternativa possível de ampliação das oportunidades de atualização dos professores do ensino tecnológico, uma vez que o estudo desenvolveu-se, como acima exposto, em um Centro Federal de Educação Tecnológica.

Quanto ao eixo 3 do trabalho organizado por André (2002) e desenvolvido por Brzezinski e Garrido (2002), que de início explicam que o universo de 70 trabalhos analisados representam uma parte do que foi discutido no GT Formação de Professores da ANPEd, uma vez que o número de trabalhos é limitado para serem apresentados nas reuniões anuais da Associação e que, nesta análise específica, as Comunicações e os Pôsteres não foram incluídos. Não temos aqui, um trabalho sequer que aborde especificamente a formação de professores por meio da educação a distância. Contudo, na categoria “formação continuada”, de acordo com Brzezinski e Garrido (2002, p. 313), os trabalhos apresentados rejeitam “os treinamentos de massa, feitos por meio da telemática sob o pretexto de capacitar o maior número de indivíduos, para melhor qualificar o desempenho da escola pública.”

Portanto, as produções do período de 1990 a 1998 sobre formação de professores em educação a distância, presentes no levantamento organizado por André (2002), nos mostram que 1) os cursos não eram destinados a conferir titulação em relação a grau de

ensino; 2) a formação docente dava-se em serviço; 3) utilizava-se tecnologia (os meios de comunicação de massa como o rádio e a televisão, apoiados por materiais complementares – textos impressos). Enfatizam a importância da capacitação docente por meio da telemática para a melhoria do quadro em que se encontra a educação no país, porém há consciência de que a mesma não resolverá sozinha esses problemas. Poderíamos mesmo dizer que os estudos e pesquisas sobre a formação docente por meio da educação a distância no período entre 1990 – 1998, tendo em vista a quantidade reduzida de estudos produzidos dentro dessa temática, a partir do universo analisado, é um aspecto silenciado, o que justifica a necessidade posta de maiores estudos sobre o tema.

Seria isso reflexo da não existência de aspectos legais que regulamentassem a formação por meio dessa modalidade de ensino? Com a LDB nº 9.394/96 esse silenciamento deixa de existir? O tema ganha importância e se torna uma problemática conhecida e investigada? Mais e melhores estudos passaram a ser feitos, com o objetivo de conhecer a problemática?

Tendo uma visão mais ampla das discussões até então engendradas e buscando não respostas definitivas para esses e outros questionamentos que nos acompanham, mas, sobretudo, conhecer melhor como a temática da formação de professores por meio da educação a distância passa a ser discutida a partir da LDB nº 9.394/96, é que passamos ao mapeamento da produção acadêmica no período de 1997 a 2004, tendo consciência da precariedade/provisoriedade do mesmo.

2.1 A PRODUÇÃO DO PPGE / UFES

Ao olharmos as dissertações defendidas, não levamos em conta a linha de pesquisa dentro da qual cada uma foi concebida. Utilizamos como critérios de seleção o descritor “formação de professores”, inicialmente nos títulos das dissertações; em segundo lugar, nas palavras-chave dos resumos (caso existissem); em terceiro lugar, lendo os próprios resumos.

Das 139⁸ dissertações defendidas no Programa – Mestrado em Educação – UFES, entre 1997 e 2004, identificamos 41 que enfocam a temática “formação de professores”. Contudo, dessas, apenas uma dissertação aborda mais especificamente a “formação de professores por meio da educação a distância”. Trata-se do trabalho de Moreira (2003) que tinha como objetivo levantar subsídios que contribuíssem para analisar se o curso de Especialização para *Formação de Orientadores Acadêmicos para a modalidade de Educação a Distância*, oferecido em parceria pela Universidade Federal de Mato Grosso e pela Universidade Federal do Espírito Santo, possibilitou aos alunos uma

⁸ Para chegarmos a este resultado, somamos os dados apresentados no Catálogo Comemorativo dos 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE-UFES (2003), pelo qual se conclui que nos anos entre 1997 a 2002 foram defendidas 74 dissertações. As 35 dissertações defendidas no ano de 2003, número obtido graças a levantamento realizado coletivamente por Andréa Brandão Locatelli e por mim e, finalmente, o total de 30 dissertações defendidas em 2004. É importante ressaltar que os números de 2004 não são conclusivos, pois para o obtermos, levamos em conta o registro de entrada das mesmas na Biblioteca Setorial do Centro de Educação da UFES, até a data do dia 30 de março de 2005.

formação crítico-reflexiva sobre sua formação e sua atuação no curso de Pedagogia na modalidade Aberta e a Distância da UFES. Moreira (*ibidem*), ao analisar os dados, estabelece comparações entre o dito pelos orientadores acadêmicos e o observado por ela nos Centros Regionais de Educação Aberta e a Distância (CREAD's) e apresenta suas percepções sobre a existência de uma formação crítico-reflexiva nos sujeitos pesquisados, bem como detecta algumas questões que podem comprometer o exercício crítico de sua função. Apresenta encaminhamentos ao Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD), sugerindo a valorização dos projetos de pesquisa elaborados pelos orientadores acadêmicos por ocasião do curso de Especialização, com incentivos, tais como: publicações, participação em seminários promovidos pela Universidade, pelas prefeituras entre outros; aos CREAD's, sobretudo com a formação de um Conselho com representantes dos vários segmentos para contribuir nas discussões e tomadas de decisões, de forma reflexiva; aos orientadores acadêmicos, sugere-se assumir uma postura de permanente revisão crítica no exercício de suas funções, por meio da manutenção do diálogo com os pares, a coordenação e os alunos.

2.2 O QUE DIZEM OS PERIÓDICOS ANALISADOS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA?

Em relação aos periódicos⁹ analisados, utilizamos critério igual ao das dissertações para a seleção dos mesmos. Para uma melhor noção da frequência do tema em cada periódico, optamos por apresentar estatisticamente os dados coletados. Assim, temos: no periódico **Cadernos de Pesquisa**, da Fundação Carlos Chagas, de um total de 216 artigos totalizados entre 1997 a 2004, 35 (ou 16,2%) tratam da temática “formação de professores” e, destes, 05 (ou 2,3%) abordam a “formação de professores por meio da educação a distância”. No periódico **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, de 137 artigos totalizados no período de análise, 17 (ou 12,4%) discutem o tema “formação de professores” e, destes, apenas 01 (ou 0,7%) aborda especificamente a “educação a distância”. Já o periódico **Cadernos CEDES** teve 136 artigos publicados, dos quais 14 (ou 10,3%) tratam da temática “formação de professores”. Contudo, nenhum deles discute a formação docente via educação a distância. Na revista **Educação & Sociedade**, foram 408 os artigos totalizados, sendo que 66 (ou 16,2%) discutem “formação de professores” e 02 (ou 0,5%) “formação de professores por meio da educação a distância”. Finalmente, no periódico **Revista Brasileira de Educação**, 200 foram os artigos totalizados no período, sendo que 16 (ou seja, 8,0%) discutem “formação de professores” enquanto que 01 (ou 0,5%), mesmo não sendo a discussão central, aborda a “formação de professores via educação a distância”.

Assim, de um universo de 1.097 artigos totalizados, temos 09 trabalhos que discutem a formação de professores por meio da educação a distância. São os trabalhos de Barretto (1997); Belloni (1998); Preti (1998); Barretto, Pinto e Martins (1999); Draibe e Perez (1999); Santos (2000); Brzezinski (2001); Belintane (2002); e Duarte (2004).

⁹ Os periódicos analisados foram: Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; Cadernos CEDES; Revista Educação & Sociedade; e Revista Brasileira de Educação. Utilizamos como critérios de escolha dos mesmos a acessibilidade, a expressividade no meio acadêmico, bem como consideramos a importância da instituição divulgadora e sua circulação nacional.

Partindo da discussão dos conceitos de modernidade e pós-modernidade, Belloni (1998) busca destacar os ideais e as conquistas da sociedade moderna nos campos da educação e da comunicação. Para a autora, se a escola moderna nasceu sob o signo da palavra impressa, que tinha uma conotação democrática e subversiva, a escola da pós-modernidade, terá que ser capaz de formar o cidadão para ler, não apenas a palavra impressa, mas todas em todas as novas linguagens do universo informacional em que ele se insere. Afirma que o uso adequado das potencialidades trazidas com as novas tecnologias proporcionaria ao professor uma libertação das tarefas tidas como repetidoras, deixando-o com mais tempo livre para desempenhar outros papéis, múltiplos, que estivessem mais de acordo com os tempos que correm. Belloni (1998, p. 156) apresenta-nos como possível caminho para a formação de professores numa perspectiva inovadora, indispensável para a melhoria da qualidade da escola do presente e do futuro, a pesquisa, tida como “mecanismo central do processo de construção do conhecimento, do qual professores e alunos participem criativamente, redefinindo os papéis e as relações entre eles e potencializando de modo inédito a construção coletiva do conhecimento”.

Preti (1998), inicia suas reflexões no texto analisado, afirmando que nas duas últimas décadas do século XX a educação foi muito adjetivada e que, com isso, corremos o risco de focar demasiadamente o que é secundário (ou seja, a adjetivação) abafando sua fonte (a educação). Assim, quando falamos de educação a distância, muito mais que do a distância, falamos de educação. Por isso, precisamos situar a EAD em uma rede maior e mais complexa de discussões, tais como globalização e neoliberalismo, para melhor situarmos as tendências e os desafios da mesma. Para o Brasil, Preti (*ibidem*) defende a idéia do *dual mode system*, onde a EAD está associada a uma universidade ou a uma instituição convencional, rejeitando, portanto, a criação de uma Universidade Aberta e a Distância no país. A vantagem do modelo defendido está em as instituições poderem atender muito melhor as diferenças culturais, as distâncias e os problemas sociais locais e regionais. O autor afirma que parece ter sido criada uma espécie de encantamento com as tecnologias hoje disponíveis para comunicação e a educação, afirmando ser o mesmo positivo quando nos leva a visualizar as possibilidades novas oferecidas ao campo educativo, mas também negativo quando caímos na alienação, na crença ilimitada na tecnologia por si só, acreditando que elas podem solucionar os problemas de aprendizagem, bem como as dificuldades de acesso ao saber.

Para Barretto (1997), a melhoria da qualidade do ensino básico passa necessariamente pela qualificação e re-qualificação docente. Considerado como o meio mais viável de obter a curto e médio prazos uma renovação no sistema educacional, o programa “Um Salto para o Futuro”, criado graças à parceria interinstitucional entre o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB), a Fundação Roquette Pinto (responsável pela Televisão Educativa do Ministério) e pelas Secretarias de Estado da Educação, dirige-se à professores em serviço que se reúnem em telepostos para assistirem aos programas televisivos veiculados que combinam, além de segmento ao vivo para interação dos cursistas por meio de fax e canal de voz, texto escrito - uma espécie de boletim diário. Apresenta-nos as dificuldades encontradas pelo próprio programa em fugir das formas tradicionais de ensino, baseadas na transmissividade e afirma que o grande potencial dos meios de comunicação aplicados à educação ainda não foi por nós, brasileiros, explorado sendo preciso ter claro que os

profissionais (professores, pedagogos, profissionais de televisão, jornalistas) envolvidos no desenvolvimento de programas de teleducação possuem culturas diferentes, necessitando de um trabalho integrado entre eles, em todas as etapas do mesmo, para evitar a dissociação entre conteúdo e forma e finaliza assegurando o potencial motivador da interação, afirmando ser necessário explorá-lo melhor. Além da interação via fax e canal de voz, outro aspecto que merece atenção e apoio é a monitoria prestada aos alunos.

Já Barreto, Pinto e Martins (1999) afirmam ser a educação a distância uma modalidade específica de ensino. Alguns fatores são apresentados como vantagens para a utilização da mesma, sendo que ela pode vir a se constituir em riscos, dependendo da utilização feita da educação a distância. Assim, as chances de atendimento a um público diversificado, a relativização das fronteiras geográficas, a diminuição de custos por estudante (pelo menos em princípio), a possibilidade de democratização do ensino, o respeito aos ritmos diferenciados de aprendizagem dos alunos são vistos como vantagens desse processo, enquanto que a prevalência da cultura e de condicionantes administrativos derivados do sistema de ensino presencial (sobretudo nos programas governamentais), assim como a aproximação aos paradigmas do mundo da produção impedindo ou dificultando a adoção de um modelo interativo são os grandes riscos de implementação de um programa de educação a distância. Apresentam os programas “Um Salto para o Futuro” (primeira experiência realizada em âmbito nacional e dentro de uma perspectiva de parceria interinstitucional entre União, Estados e municípios) e “TV Escola”, desenvolvidos a partir dos anos noventa, como marcos da EAD no Brasil. Enfatizam o papel e a atuação do orientador de aprendizagem nos telepostos que recebem o sinal de TV do programa “Um Salto para o Futuro”, sendo evidenciado por meio de pesquisas que os bons resultados obtidos nos programas de educação a distância costumam vir aliados à qualidade da monitoria prestada aos alunos. Além disso, destaque significativo também é dado à importância da interatividade no programa.

Para Draibe e Perez (1999), o recente processo de introdução de sistemas de educação a distância nas redes públicas municipais e estaduais brasileiras oferece excelente oportunidade para o estudo dessa temática, sendo que a utilização de tecnologias educacionais nas escolas das redes públicas vem sendo discutida há muitos anos, tendo sido realizadas inúmeras experiências. Para os autores, é a partir de 1993, graças ao Plano Decenal para a Educação, que as idéias de valorização do magistério e da utilização da educação a distância ganham força e, dentro desse contexto, em 1995 o MEC, por meio do programa TV Escola e do Programa de Apoio Tecnológico inicia sua proposta de capacitação de professores por meio da educação a distância.

Santos (2000), discutindo o financiamento de programas de formação docente com recursos de organismos internacionais, afirma que apesar dos empréstimos do Banco Mundial serem concedidos em razão da adesão às políticas orientadas pelo mesmo na elaboração e execução de projetos, o que de fato se observa é que esse processo não se desenvolve de uma maneira linear e vertical, como pode parecer à primeira vista, isso graças ao papel ativo dos atores sociais participantes, que acabam por recontextualizar as propostas de acordo com as tradições e as culturas locais. Além da formação continuada em detrimento da inicial, o Banco também preconiza ênfase no

conhecimento dos conteúdos das matérias sobre o conhecimento pedagógico e, também, o uso da educação a distância sobre a modalidade presencial. Discutindo o *Programa de Capacitação Permanente de Professores* (PROCAP), desenvolvido em Minas Gerais e o *Programa de Formação Continuada* (PEC) em São Paulo, Santos (2000) afirma que esse concedeu maior grau de autonomia às agências capacitadoras, o que favoreceu uma maior recontextualização das propostas iniciais do Banco, aproximando-as mais às tradições e aos contextos locais. Em contrapartida, em Minas Gerais, o programa assentou-se nos pilares propostos pelo Banco Mundial. Santos (2000) indica que os docentes de muitas universidades afirmam que os projetos de educação continuada possibilitaram maior conhecimento dos problemas vivenciados pelas redes públicas de ensino, sendo que muitas dessas experiências foram incorporadas aos cursos de formação inicial com a finalidade de melhorar os cursos iniciais de formação docente.

Duarte (2004) também analisa o *Programa de Educação Continuada* (PEC), desenvolvido em São Paulo e o *Programa de Capacitação Permanente de Professores* (PROCAP), desenvolvido em Minas Gerais e, para ela, as semelhanças entre os programas estão no atendimento à complexa estrutura educacional de cada Estado, a ocorrência no mesmo período (1996 – 1998), a adoção da divisão dos municípios dos Estados em polos, o envolvimento das universidades no processo e o financiamento com empréstimos do Banco Mundial. Contudo, as diferenças foram mais marcantes, sendo que o PEC englobou os professores dos dois ciclos do ensino fundamental, utilizando apenas a modalidade presencial, tendo uma atuação descentralizada, sendo que o material didático de cada polo foi desenvolvido pelas universidades capacitadoras e a capacitação foi realizada pelos próprios professores das universidades. Em relação ao PROCAP, foram capacitados apenas professores do primeiro ciclo do ensino fundamental, utilizando-se as modalidades presencial e a distância, as decisões eram tomadas de maneira centralizada, sendo o material utilizado padronizado e estendido a todos os polos e a formação realizada por professores das redes Estadual ou municipais, formados por professores universitários para esse fim. A proposta paulista afastou-se mais das diretrizes propostas pelo Banco Mundial, enquanto que a mineira não. Como conclusão, Duarte (2004, p. 165) afirma ser “importante que a capacitação considere os diferentes municípios, os tipos de clientela da escola, a formação e o tempo de trabalho dos professores, dando possibilidades para desenhos diversificados de capacitação.”

Para Belintane (2002), no campo da formação contínua, os formadores universitários, demasiadamente presos ao modelo presencial, não estariam dispostos a conhecer e a conceber novas possibilidades e modelos para o campo, principalmente quando estão em jogo as potencialidades das novas tecnologias. Para o autor, o que se tem que mudar é a relação produção-consumo produzida e polarizada entre o saber oriundo dos centros universitários e o cotidiano escolar. Segundo ele, o que pode haver de mais útil e potencializador nas novas tecnologias, nas redes de computadores e de comunicação são suas possibilidades de dinamizar as interações, de preservar e de disponibilizar memórias e não o fanatismo e a alienação considerando-os como produtos miraculosos. Propõe que se busque construir uma “ambiência de formação docente”, que buscaria a integração entre o conjunto das interações presenciais ao das possibilidades virtuais, sendo que “uma ‘ambiência de formação docente’ é antes de tudo um compromisso complexo, uma mobilização coletiva em torno da construção dos projetos da escola ou da rede educacional e que conta com recursos informacionais e

comunicacionais [...]” (*idem, ibidem*, p. 186, grifo do autor). Possivelmente, a grande contribuição de Belintane (*ibidem*) reside no fato de afirmar que a formação contínua exige estudos e pesquisas cotidianos que, por meio da utilização dos recursos de hipertexto e de interatividade permitem a construção coletiva de saberes.

[...] um bom projeto de formação contínua não deixa de ser um campo de pesquisa, lugar de dúvidas e de incertezas compartilhadas, fluxo autêntico da intersubjetividade e não apenas de uma emissão-recepção fixa e imaginária nos moldes de uma competência a toda prova (BELINTANE, 2002, p. 191).

Brzezinski (2001), em pronunciamento feito na audiência nacional promovida pelo Conselho Nacional de Educação, por ocasião dos debates sobre as “Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica em curso de nível superior”, realizada em Brasília em 12/04/2001, afirma a existência de dois mundos bem definidos: o mundo do sistema (tido como o oficial) e o mundo vivido (o real). O primeiro baseado nas políticas de princípios neoliberais e reafirmando parcerias com organismos internacionais, enquanto o segundo propõe a adoção de uma política global de formação e de profissionalização docente. Critica o mundo oficial, afirmando que o mesmo submete-se ao modelo de formação de professores realizada fora da Universidade, preocupando-se mais com a certificação que com uma boa qualificação. Reconhece a importância da diversidade de *lôcus* de formação de professores, porém vê a mesma como solução transitória, com tempo de duração definido e avaliadas tanto institucional quanto externamente. Afirma ser necessário avançar no que concerne à organização institucional e curricular da formação inicial de profissionais para a educação básica a fim de que sejam diminuídos os dissensos e solicita, entre outros pontos, o “estabelecimento de rigorosos mecanismos de avaliação externa e de auto-avaliação de todas as instituições e modalidades de formação presenciais e não presenciais, a fim de impedir as formas aligeiradas de certificação de professores” (BRZEZINSKI, 2001, p. 123).

2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: AS PRODUÇÕES DO GT 08 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES, DA ANPEd

Por fim, ao mapearmos as produções do GT Formação de Professores da ANPEd, optamos em estabelecer novo recorte temporal para análise, compreendendo o período entre 2001¹⁰ a 2004. Sendo assim, identificamos seis trabalhos (CALIXTO, 2003; FERNANDES, 2003; OLIVEIRA, 2003; BARREIRO, 2004; BRITO, 2004; OLIVEIRA, 2004), entre trabalhos apresentados e pôsteres, que discutem direta ou indiretamente a temática da formação de professores por meio da educação a distância. Partindo da apresentação de vários significados possíveis para a palavra rede, Calixto (2003) menciona, entre outras, a rede mundial de computadores assim como a trama dos saberes docentes que, segundo ele, são “múltiplos em origem, natureza e sentidos” (*idem, ibidem*, p. 1). Para o autor, a Internet preserva um caráter ambíguo, pois por um lado, é uma construção dos homens, inserida na cultura e na história dos próprios

¹⁰ Em outubro de 2001 inicia-se o curso de Pedagogia na modalidade Aberta e a Distância oferecido pela UFES nos treze CREAD's espalhados pelo Estado do Espírito Santo, já apresentados neste trabalho. Daí o estabelecimento desse recorte.

homens, e por outro, acaba por gerar transformações nesta mesma cultura, o que reflete na própria Internet, favorecendo o surgimento de um processo interativo entre a tecnologia e o contexto. Dessa forma, discutir as possibilidades educativas na/da Internet pressupõe obrigatoriamente pensarmos quais saberes são mobilizados em situação de trabalho, saberes esses que possuem como condicionantes o tempo e o próprio trabalho. Apresentado como espaço de formação e aprendizado, o espaço da prática educativa é visto como local próprio de constituição dos saberes inerentes a essa prática e não de aplicação apenas da teoria, sendo que nesse contexto o coletivo ganha destaque. Para Calixto (2003), a concretude das condições de existência e de trabalho do professor não podem mais ser ignoradas, sendo que os saberes desses professores precisam ser levados em conta nas instâncias de reflexão sobre formação inicial e continuada. A multiplicidade de saberes localizados pela pesquisa realizada indica o quanto é variado o repertório dos professores na ação e a importância do coletivo na mobilização desses saberes.

Buscando compreender como os professores de algumas escolas públicas estão vivenciando o processo de formação em informática na educação, Fernandes (2003) passa a analisar professores em um curso de formação continuada para a utilização do computador no ensino. Para ela, são as demandas internas ou externas que exigem do professor mobilização de saberes que são próprios da profissão docente. Segundo a autora (*ibidem*, p. 5), “[...] a forma como os professores irão se relacionar com o computador dependerá também de sua história individual, dos saberes construídos, do contexto em que está inserido, da forma como se relaciona com os alunos.” A capacitação oferecida propiciou reflexões sobre a relação professor-aluno, assim como sobre “a importância da troca de experiências entre os profissionais da mesma área, da troca de conhecimento, da importância de estarem aprendendo com profissionais que como eles conhecem a realidade da sala de aula” (FERNANDES, 2003, p. 8). Esses profissionais são os multiplicadores, professores especialistas em Novas Tecnologias na Educação, que ministram os cursos de informática na educação que são realizados no Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) para os demais professores da rede pública. Fernandes (*ibidem*) fala-nos dos riscos de que a informática na educação possa vir a se constituir em uma inovação conservadora caso ela não venha a ser um elemento que proporcione mudanças significativas no cotidiano escolar. A experiência mostrou que os professores parecem mobilizar os conhecimentos adquiridos ao longo de suas experiências profissionais e também pessoais para refletirem sobre sua relação com o mundo da informática e sobre as possíveis mudanças e conflitos que porventura possam surgir na prática com esse recurso.

É diante desse contexto que a Educação a Distância surge como uma alternativa para enfrentar o desafio da formação docente, seja ela inicial ou continuada. Isso se dá graças às mudanças trazidas pelo avanço da tecnologia. Contudo é importante termos claro que toda e qualquer discussão sobre programas e projetos de formação de professores a distância deve ter como diretriz “a análise de ambientes de aprendizagem, virtuais ou presenciais, que [oportunizem] a troca, o diálogo, a colaboração, a elaboração conjunta, dimensões que podem ser sintetizadas na questão da interatividade” (OLIVEIRA, 2003, p. 2), não se restringindo apenas ao aspecto tecnológico em si. A autora questiona se o que qualifica um projeto ou programa de formação de professores a distância é a utilização das avançadas tecnologias de

comunicação digital ou a proposta pedagógica subjacente àquela, afirmando, desde o início, que a mudança paradigmática é o fio condutor da ruptura com o modo conservador/dominante de pensar e realizar, não só a EAD, como toda e qualquer modalidade de educação. Contudo, não é com maquiagens que se transforma um paradigma educacional dominante, assim como a superação do mesmo não implica seu desaparecimento, pelo menos imediato. Oliveira (2003) credita à queda das barreiras de espaço e de tempo o principal desafio e trunfo para a expansão da EAD, pois os diferentes meios de comunicação envolvidos possibilitam ultrapassar os limites de tempo e espaço, tornando acessível a interação com as fontes de informação, fazendo com que seja promovida a autonomia do aprendiz, graças à flexibilidade e independência de estudos garantida por essa modalidade. Há que se tomar cuidado com muitos programas destinados à formação de professores a distância que têm se amparado em paradigmas tradicionais/conservadores, mesmo fazendo uso de modernos recursos tecnológicos. Diante dessa posição, formar o professor a distância, em uma perspectiva reflexivo-investigativa, “pode oportunizar ao professor um pensamento autônomo que facilite a auto-formação participada, com vista à construção de sua identidade profissional” (OLIVEIRA, 2003, p. 11).

De acordo com Barreiro (2004), as reflexões acerca dos determinantes que levam os professores a mudarem a prática docente tornam-se mais controversas quando são remetidas aos novos espaços formativos que ultrapassam os limites das Universidades, graças aos programas de formação de professores em nível superior, tais como o *Programa de Educação Continuada – Formação Universitária* (PEC-FU), estabelecido graças à parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Barreiro (2004), ao falar de seu trabalho junto ao PEC-FU como professora assistente, menciona os avanços percebidos nos alunos por meio dos trabalhos, provas e discussões sobre suas mudanças de postura adotadas em sala de aula, créditos que, de acordo com os alunos, devem-se ao curso.

Oliveira (2004), também discutindo o PEC-FU, acredita ser necessário um trabalho criterioso com a linguagem veiculada nos ambientes de interação digital, de forma que propicie a interação dialógica e propõe o conceito de dialogia digital, onde “a dialogia buscada na interação digital encontrou-se sempre articulada à constituição mútua de formandos e formadores, segundo o conceito bakhtiniano de dialogia e freireano de interação dialógica” (OLIVEIRA, 2004, p. 3). Em suas análises, apresenta uma cisão existente entre os sujeitos sociais envolvidos com o PEC-FU, onde havia uma equipe responsável pela concepção do módulo e outra que interagira com os alunos-professores. Segundo a autora, “a função mediadora do PA [professor-assistente] encontrou-se um tanto esvaziada, uma vez que necessitava interagir a partir de um *script* de autoria alheia” (*idem, ibidem*, p. 8).

Enfatiza a necessidade de os mediadores (professores assistentes) serem inseridos no fulcro do processo educativo, de maneira que sua função seja resgatada, isso em todas as etapas do processo de formação e aponta também a preocupação em se viabilizar a construção de um grupo de aprendizagem colaborativa, onde a troca de experiências entre os docentes seja valorizada. Destaca que não coube no estudo realizado uma visão

simplista e dogmática da dialogia digital como panacéia a todos os problemas relativos à formação de educadores, em ambientes telemáticos.

Por fim, Brito (2004), partindo da análise do programa MAGISTER-Ceará¹¹, investiga acerca de questões referentes ao financiamento de programas de formação de professores no Brasil, pelo Banco Mundial, destacando que essa participação (do Banco) “trouxe efeitos para a difusão de idéias pedagógicas, materiais de ensino e formação de profissionais do magistério” (*idem, ibidem*, p. 1), uma vez que, além de financiar, o Banco também acessora os projetos implantados em todas as suas fases. Privilegiando os aspectos econômicos, o Banco acaba por definir a formação continuada como mais importante que a inicial, pautando-se no domínio de conteúdos e técnicas de instrumentalização docente. Pela análise do documento 21428BR do Banco Mundial e as ambivalências do mesmo e os pressupostos do programa MAGISTER, Brito (2004) afirma ser possível inferir divergências o que pode ser fruto de um esforço bem sucedido da Secretaria de Estado da Educação do Ceará para recontextualização do projeto inicial do Banco.

3 RETOMANDO AS DISCUSSÕES INICIAIS E PONTUANDO CAMINHOS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Tendo em vista a questão de investigação e os objetivos apresentados para o presente estudo, gostaríamos de tecer algumas considerações finais a partir do trabalho de pesquisa empreendido.

Após o mapeamento realizado das produções já destacadas, ficou evidenciado que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, para a educação a distância no Brasil, constitui-se em um divisor de águas. Obviamente que em relação ao universo de pesquisas realizadas no PPGE/UFES, de artigos publicados nos periódicos nacionais e de produções apresentadas no GT 8 da ANPEd, o quantitativo que trata da formação docente por meio da educação a distância ainda é pequeno. Contudo, sinaliza que o número de pesquisas é maior que o período imediatamente anterior a 1996, já analisado neste estudo, assim como as discussões em torno da temática, atualmente, são mais diversificadas.

Já as produções analisadas no período entre 1997 a 2004 nos mostram que: mesmo o Banco Mundial, com seus empréstimos destinados à formação docente, preconizar a formação continuada, a ênfase nos conteúdos disciplinares e a utilização da educação a distância, as agências formadoras têm conseguido significativas vitórias no tocante à realização de cursos de formação inicial, que não enfatizem somente os conteúdos

¹¹ O Programa MAGISTER-Ceará destina-se à formação docente em exercício, para habilitação de professores da rede pública, em nível de licenciatura plena para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Para o desenvolvimento do programa MAGISTER-Ceará, uma ampla parceria foi realizada entre a Secretaria de Estado da Educação do Ceará, os municípios, as quatro universidades públicas do Ceará, o Conselho Estadual de Educação, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a Associação dos Prefeitos do Ceará (BRITO, 2004).

disciplinares e que busquem atender aos regionalismos/localismos sem a imposição de uma forma massificadora de formação (SANTOS, 2000; DUARTE, 2004; BRITO, 2004).

A formação docente em serviço, utilizando-se a educação a distância continuou. Inclusive por meio de várias propostas governamentais que atingiram o país todo, como é o caso do programa “Um Salto para o Futuro” (BARRETTO, 1997; BARRETTO; PINTO; MARTINS, 1999) e do TV Escola (BARRETTO; PINTO; MARTINS, 1999; DRAIBE; PEREZ, 1999), ou propostas que abrangiam os Estados como o PROCAP, em Minas Gerais e o PEC, em São Paulo (SANTOS, 2000; DUARTE, 2004), que continuam sem o caráter de titulação em relação a grau de ensino. Contudo, alguns trabalhos analisados trazem programas desenvolvidos por universidades, destinados à formação de professores - em São Paulo, o PEC-FU (BARREIRO, 2004; OLIVEIRA, 2004) e no Ceará o Programa MAGISTER (BRITO, 2004) – que conferiram titulação em nível de graduação para seus cursistas.

Novos espaços/tempos/sujeitos/saberes são evidenciados com o estabelecimento de programas de formação de professores que empregam a educação a distância. As parcerias, sobretudo as interinstitucionais são um aspecto marcante nas produções analisadas. Muitos programas de formação de professores só vieram a ser efetivados graças à realização das mesmas entre diversas instâncias (BARRETTO, 1997; BARRETTO; PINTO; MARTINS, 1999; MOREIRA, 2003; BARREIRO, 2004; BRITO, 2004; OLIVEIRA, 2004). Há também, discussões em torno de parcerias entre sujeitos no desenvolvimento dos cursos para formação de professores, discutidos por Fernandes (2003) e Oliveira (2003). Valoriza-se o papel e a importância do monitor/tutor/orientador nos cursos que utilizam a modalidade a distância (BARRETTO, 1997; BARRETTO; PINTO; MARTINS, 1999; MOREIRA, 2003), ocorrendo uma maior clareza das potencialidades dos usos das tecnologias (BELLONI, 1998; PRETI, 1998; BARRETTO; PINTO; MARTINS, 1999; DRAIBE; PEREZ, 1999; OLIVEIRA, 2004), porém que as mesmas, sozinhas, não são garantia nem de qualidade, nem de solução dos problemas que durante muito tempo, reiteradamente afetam a educação (PRETI, 1998; BARRETTO; PINTO; MARTINS, 1999; OLIVEIRA, 2004). Agora, as tecnologias da informação e da comunicação são chamadas a favorecer uma maior e melhor interatividade entre os sujeitos participantes dos cursos de formação docente (BARRETTO, 1997; PRETI, 1999; BARRETTO; PINTO; MARTINS, 1999; BELINTANE, 2002; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2004), por meio da constituição de comunidades coletivas de produção de conhecimentos (CALIXTO, 2003; MOREIRA, 2003; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2004) por meio de uma ambiência de formação de professores (BELINTANE, 2002).

A mobilização de saberes dos professores frente os recursos disponibilizados pela informática aplicada à educação é discutida por Calixto (2003) e Fernandes (2003), a partir de reflexões que rejeitam a auto-suficiência da tecnologia em si e que valorizam a troca de experiências entre os sujeitos em um processo de formação compartilhada.

Por fim, as produções mapeadas sinalizam a possibilidade de um novo paradigma em educação a distância, que rompe com a transmissividade, tão presente no período de análise anterior e onde, de fato, crie-se uma cultura da/na/a partir da EAD, com as

peculiaridades, particularidades, potencialidades e limites próprios desta (BARRETTO, 1997; BARRETTO; PINTO; MARTINS, 1999; OLIVEIRA, 2003; BARREIRO, 2004).

Podemos concluir que os estudos e pesquisas sobre a formação docente por meio da educação a distância no período entre 1997 – 2004, se não é um aspecto gritado, não mais é um aspecto silenciado. Contudo, nem por isso deixa de carecer de maiores e melhores pesquisas.

É nesse sentido que a revisão da produção acadêmica sobre a formação de professores por meio da modalidade de EAD nos sinalizou, ao mesmo tempo, para a importância dos novos sujeitos inseridos nos processos formativos (o monitor, o tutor, o orientador acadêmico) e de como a atuação dos mesmos tem contribuído para a potencialização de resultados positivos nos cursos realizados na modalidade em debate.

Nossas análises realizadas anteriormente sobre a Educação a Distância no Brasil e, especificamente, sobre a formação de professores por meio dessa modalidade em nosso país, nos indicaram a carência de estudos nessa área, materializada em números reduzidos de artigos, dissertações e teses que se ocuparam do tema, no período por nós apreciado (1997 – 2004). No entanto, nossas leituras e estudos sobre as pesquisas e trabalhos produzidos sobre essa temática nos indicaram que a LDB 9.394/96, para a EAD, representou um divisor de águas, pois a partir dela o quantitativo de trabalhos que abordam a Educação a Distância sofre significativo aumento, contudo, ainda não deixa de ser um assunto pouco discutido.

Ao finalizarmos o presente trabalho, esperamos que ele contribua para fomentar debates, estimular críticas e sugestões e que favoreça o surgimento de outros estudos que se proponham a discutir a formação de professores, inicial ou continuada, na modalidade de educação aberta e a distância.

REFERÊNCIAS

1. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. (Org.). **Formação de professores no Brasil (1990 – 1998)**. Brasília: MEC / INEP / COMPED, 2002. (Série Estado do Conhecimento, n. 6).
2. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ROMANOWSKI, Joana Paulin. O tema formação de professores nas dissertações e teses (1990 – 1996). In: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. (Org.). **Formação de professores no Brasil (1990 – 1998)**. Brasília: MEC / INEP / COMPED, 2002. (Série Estado do Conhecimento, n. 6). Parte I, cap. 1, p. 17 – 34.
3. BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Novos espaços formativos de professores e prática docente. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2004. 1 CD-ROM, GT 8 – Formação de Professores.

4. BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Capacitação à distância de professores do ensino fundamental no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 18, n. 59, p. 308 – 329, ago. 1997.
5. BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahim; MARTINS, Angela Maria. Formação de docentes a distância: reflexões sobre um programa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 106, p. 81 – 115, mar. 1999.
6. BELINTANE, Claudemir. Por uma ambiência de formação contínua de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 177 – 193, nov. 2002.
7. BELLONI, Maria Luiza. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 19, n. 65, p. 143 - 162, dez. 1998.
8. BRITO, Vera Lúcia Ferreira Alves. O Banco Mundial e o financiamento do programa Magister de formação de professores. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2004. 1 CD-ROM, GT 8 – Formação de Professores.
9. BRZEZINSKI, Iria. Contribuição apresentada pela ANPEd nas audiências públicas sobre as “Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica em curso de nível superior”, promovidas pelo Conselho Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 16, jan./abr. 2001.
10. BRZEZINSKI, Iria; GARRIDO, Elsa. O que revelam os trabalhos do GT Formação de Professores da ANPEd (1994 – 1998). In: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (Org.). **Formação de professores no Brasil (1990 – 1998)**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002. (Série Estado do Conhecimento, n. 6) Parte 3, p. 301 - 364. (Série Estado do Conhecimento, n. 6).
11. CALIXTO, Aldecí Cacique. **Nem tudo que cai na rede é peixe: saberes docentes e possibilidades educativas na/da Internet**. Poços de Caldas: ANPEd, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/trabalhos/aldecicaciquecalixto.rtf>>. Acesso em: 14 abr. 2005.
12. CARVALHO, Janete Magalhães; SIMÕES, Regina Helena Silva. O que dizem os periódicos brasileiros sobre formação e práxis dos professores (1990 – 1997). In: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (Org.). **Formação de professores no Brasil (1990 – 1998)**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002. (Série Estado do Conhecimento, n. 6) Parte 2, p. 157 - 300. (Série Estado do Conhecimento, n. 6).
13. DRAIBE, Sônia M.; PEREZ, José Roberto Rus. O programa TV Escola: desafios à introdução de novas tecnologias. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 106, p. 27 – 50, mar. 1999.

14. DUARTE, Vanda Catarina. Capacitação docente em Minas Gerais e São Paulo: uma análise comparativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 139 – 168, jan./abr. 2004.
15. FERNANDES, Natal Lânia Roque. **Professores e informática na educação: saberes e sentimentos numa experiência de aprender a ensinar com o computador**. Poços de Caldas: ANPEd, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/trabalhos/natallaniaroquefernandes.rtf>>. Acesso em: 14 abr. 2005.
16. MOREIRA, Nilcéa Elias Rodrigues. **A formação crítico-reflexiva do orientador acadêmico do curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Espírito Santo**. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.
17. OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **Formação de professores a distância na transição de paradigmas**. Poços de Caldas: ANPEd, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/trabalhos/elsaguimaraesoliveira.rtf>>. Acesso em: 14 abr. 2005.
18. OLIVEIRA, Lucila Maria Pesce de. Dialogia digital: em busca de novos caminhos à formação de educadores, em ambientes telemáticos. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2004. 1 CD-ROM, GT 8 – Formação de professores.
19. PRETI, Oresti. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 191, p. 19 – 30, jan./abr. 1998.
20. SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. A implementação de políticas do Banco Mundial para a formação docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 111, p. 173 – 182, dez. 2000.
21. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Catálogo comemorativo dos 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – UFES: 1978 – 2003**. Vitória, 2003.

DIDÁTICA APLICADA À INFORMÁTICA

Eduardo Lucas Sena¹²

RESUMO

Os Métodos de ensino assumem diferentes orientações conforme as várias teorias da educação construídas historicamente. Na teoria da Escola tradicional, a ênfase recai na transmissão do conhecimento, que deve ser rigorosamente lógica, sistematizada e ordenada, daí o uso do método expositivo, que tem como centro a figura do professor. Na escola Nova, há uma valorização da experiência vivenciada pelo aluno, levando em conta as diferenças individuais sendo que o enfoque predominante é o psicológico tendo o aluno como o centro do processo. Os métodos de observação, experimentação, de projetos e de centros de interesses, valorizam seu caráter globalizador e definidor da orientação do processo de ensino.

Palavras-chave: Didática, Educador, Informática.

ABSTRACT

The teaching methods assume different orientations as the various theories of education historically constructed. In the theory of traditional school, the emphasis is on transmission of knowledge, which must be strictly logical, systematic and orderly manner, hence the use of the lecture method, which has as its center the figure of the teacher. New At school, there is an appreciation of the experience of the student, taking into account individual differences being that the predominant approach is the psychological and the student as the center of the process. The methods of observation, experimentation, projects and centers of interest, value and globalizing its character defining the orientation of the teaching process.

Keywords: Didactic, Educator, Informatics.

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos nosso estudo de Didática situando-a no conjunto dos conhecimentos pedagógicos e esclarecendo seu papel na formação profissional para exercer a função de educador. Do mesmo modo que o professor, na fase inicial de cada aula, deve propor e

¹² Professor do curso bacharelado em Administração da Faculdade Capixaba de Nova Venécia e do curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.. Mestre em Ciência da Educação Superior pela Universidad Matanzas Camilo Cienfuego. Especialista em Ciência da Educação Superior pela Universidad Matanzas Camilo Cienfuego. Graduação em Tecnólogo em Processamento de Dados pela Universidade Metodista de Piracicaba.

examinar com os alunos os objetivos, conteúdos e atividades que serão desenvolvidas, preparando-os para o estudo da disciplina.

A didática é um ramo da pedagogia que permite o planejamento do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com as palavras de José Carlos Libâneo quando diz que:

“A didática é compreendida como um ramo de estudo da pedagogia, que justifica a subordinação do processo didático com finalidades educacionais indicando os conhecimentos teóricos e processos práticos necessários para orientar a ação pedagógico-didática na educação”.¹³

No caso das aulas de informática o planejamento didático é muito importante, por requerer métodos práticos que possibilite aos alunos adquirir habilidades necessárias para trabalhar e processar a informação.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Jan Amos Komenský (1592-1670) concebeu uma teoria humanista e espiritualista da formação do homem que resultou em propostas pedagógicas hoje consagradas ou tidas como muito avançadas, onde trazia como idéias o respeito ao estágio de desenvolvimento do educando no processo de aprendizagem, a construção do conhecimento através da experiência, da observação e da ação e uma educação sem punição, mas com diálogo, exemplo e ambiente adequado. Comenius, assim chamado pregava ainda a necessidade da interdisciplinaridade, da afetividade do educador e de um ambiente escolar arejado, bonito, com espaço livre e ecológico. Estão ainda entre as ações propostas pelo educador checo: coerência de propósitos educacionais entre família e escola, desenvolvimento do raciocínio lógico e do espírito científico e a formação do homem religioso, social, político, racional, afetivo e moral.

A didática tem então uma grande importância para o desenvolvimento de todas as matérias e trabalhos desenvolvidos em uma unidade escolar. Cada atividade curricular tem suas características e tende a um tipo de planejamento do ponto de vista didático, sendo como base para o trabalho nas instituições escolares. Das novas disciplinas que foram incluídas no currículo escolar atualmente e necessitam de uma análise do ponto de vista didático pode-se citar informática como uma delas.

2.1 DIDÁTICA APLICADA À DISCIPLINA DE INFORMÁTICA

Utiliza-se da teoria de Comenius e da fundamentação de vários outros autores que se baseiam em outras correntes filosóficas para organização, estruturação e aplicabilidade dos métodos didáticos em sala de aula.

¹³ Libâneo, José Carlos- São Paulo: Cortez, 1994. pág 15

Os Métodos de ensino assumem diferentes orientações conforme as várias teorias da educação construídas historicamente. Na teoria da Escola tradicional, a ênfase recai na transmissão do conhecimento, que deve ser rigorosamente lógica, sistematizada e ordenada, daí o uso do método expositivo, que tem como centro a figura do professor. Na escola Nova, há uma valorização da experiência vivenciada pelo aluno, levando em conta as diferenças individuais sendo que o enfoque predominante é o psicológico tendo o aluno como o centro do processo. Os métodos de observação, experimentação, de projetos e de centros de interesses, valorizam seu caráter globalizador e definidor da orientação do processo de ensino.

Na teoria da Escola Tecnológica, há uma preocupação com a organização racional dos meios em função da eficiência do produto. O centro do processo desloca-se para os meios, ocupando professor e alunos, posição de executores de tarefas. Aparecendo, então, a organização de estratégias de ensino, por um staff de programadores. As estratégias devem ser reproduzidas em todas as turmas do mesmo nível operante. Valoriza-se, assim, o ensino individualizado, por via da instrução programada dos módulos instrucionais, sistema Sellar, computação, micro ensino, entre outras técnicas. As teorias de educação formam um todo organizado, com coerência interna; são lógicas; têm uma razão de ser em função da concepção de educação, de homem e de sociedade que as fundamenta. O professor ao lançar mão de uma determinada técnica para desenvolver o processo de ensino, não está trazendo para sala de aula apenas uma técnica, mas toda uma teoria que a sustenta, vinculada a uma visão de homem e de mundo que responde o interesse da classe.

Os critérios sobre métodos e procedimentos são muitos variados e apresentados por diferentes autores, por exemplo para Clodia María (1975, p. 126), procedimentos são: “Procedimentos de ensino são ações, processos ou comportamentos planejados pelo professor, para colocar o aluno em contato direto com as coisas, fatos ou fenômenos que possibilitem modificar sua conduta em função dos objetivos previstos.”

Para Mattos (1959, p. 111) “métodos é o relacionamento prático, mas inteligente, dos meios e procedimentos com os objetivos ou resultados propostos”.

Segundo Marques (1976, p. 149) “a escolha do método é determinada pela matéria a ser ensinada, pela maneira como o professor considera o aluno e pelo objetivo”.

Oliveira (1973, p.129) afirma que “antes de o professor decidir como ensinar, deve determinar o que ensinar”.

3 CONCLUSÃO

A metodologia é pessoal. O professor pode mostrar seu potencial, criando e desenvolvendo, podendo variar de acordo com a necessidade de cada aluno devido cada aluno ter um tipo de aprendizagem, pois ela varia de professor para professor, de nível para nível e de conteúdo para conteúdo. O trabalho bem realizado faz com que o aluno apresente suas experiências, vivências, mas tudo isso depende do conteúdo apresentado,

do material disponível, da forma como é ministrada as aulas expositivas, os debates, as pesquisas e as atividades em grupo.

REFERÊNCIAS

1. **Clódia Maria G.** Turra et all, Planejamento de ensino e avaliação PUC/EMMA, Porto Alegre, 1975, p. 126.
2. LIBÂNEO, José Carlos- **NOME DO LIVRO** São Paulo: Cortez, 1994. pág 15
3. MARQUES, Juracy C.. **A aula como processo**. 2. ed., Porto Alegre: INL, 1976.
4. MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Didática Teórica: Didática Prática**. 5. ed., São Paulo: Loyola, 1997.
5. MATTOS, Luiz Alves. **Sumário de Didática geral**. 2. ed., Rio de Janeiro: Aurora, 1959.
6. OLIVEIRA, João Batista Araújo. **Tecnologia educacional: teorias da instrução**. 2. ed.. Petrópolis, 1973.
7. PILETTI, Claudino. **Didática Especial**. 15. ed., São Paulo: Ática, ANO

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS: RESPONSABILIDADE DE TODOS OS COLABORADORES DA ORGANIZAÇÃO.

Gean Breda Queiros¹⁴

RESUMO

Analisando as práticas da administração no que concerne aos recursos materiais e patrimoniais sob a ótica da prestação de serviços, o presente trabalho traz uma reflexão sobre toda a área da empresa pela qual transitam diversos materiais e sua cadência, como também a consciência perante o zelo patrimonial. Nas organizações, a responsabilidade pela administração dos recursos sejam eles quais forem não pode ser atribuída apenas à autoridade superior (diretores, gerentes, coordenadores, supervisores, entre outros). Atualmente, quando se fala em organizações que aprendem, num trabalho ético e com responsabilidade social, o papel da gestão é distribuído a todos os colaboradores que fazem parte do quadro funcional da entidade, cada qual com sua tarefa específica. Dessa forma, não há como se abster das responsabilidades que emergem advindas do trabalho. Todos são co-responsáveis pela vigilância e manutenção da segunda casa onde passam a maior parte do dia.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão organizacional; Recursos; Responsabilidades.

ABSTRACT

Analyzing the practice of administration in terms of material resources and property from the perspective of service provision, this paper presents a reflection on the entire area of the company by which various materials and their pass rate, but also the awareness to the zeal method. In organizations, responsibility for administration of resources are what they can not be attributed only to the higher authority (directors, managers, coordinators, supervisors, and others). Currently, when it comes to organizations that learn, a work ethic and social responsibility, the role of management is distributed to all employees who are part of the staff of the entity, each with its specific task. Thus, we can not refrain from liabilities that arise stemming from work. All are co-responsible for monitoring and maintenance of the second house where they spend most of the day.

KEYWORDS: Organization management; Resources; Responsibilities.

¹⁴ Mestrando em Administração pela FUCAPE BUSINESS SCHOOL, Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela UNILINHARES, Bacharel em Administração de Empresas habilitação em Administração Hospitalar pelo Centro Universitário São Camilo – SP, Professor da Faculdade Capixaba de Nova Venécia, Administrador Hospitalar do Hospital e Maternidade Cristo Rei

1 INTRODUÇÃO

Tudo o que se vê e se encontra dentro de uma organização é realizado por e através de recursos. Recursos em formas e aspectos gerais são tratados a cada instante como ferramentas de gestão para atuarem no mercado competitivo. Quem move os recursos são as pessoas que com eles trabalham.

Carvalho (1990) aponta que o objetivo da boa administração é sempre financeiro. Dinheiro é o ativo mais flexível, transformando-se rapidamente nos mais diversos recursos de gestão. No dia-a-dia de um negócio qualquer, esses recursos são basicamente quatro: materiais, mão-de-obra, tecnologia e informações.

Dentro dos quatro recursos apresentados, os materiais, e aí se enquadra os patrimoniais, são de extrema importância para as organizações reavaliarem a efetiva utilização sem desperdícios não onerando o quadro financeiro e estabelecendo práticas corretas ao empregar técnicas efetivas de manuseio e avaliação.

Como novos desafios de gestão para esse século, já foi apontado por Gonçalves (1997) que a empresa do século XXI será organizada em torno de seus processos e centrará seus esforços em seus clientes. Com certeza essa está sendo a realidade atual das organizações e a consciência da visão holística tornou-se fundamental para a sobrevivência da mesma.

As organizações passaram a entender que a busca pelos objetivos planejados são advindos com o trabalho voltado à atenção para com seus recursos e a forma de administrá-los.

Desse pressuposto, a apresentação do trabalho se baseia na informação pela conscientização da responsabilidade dos recursos materiais e patrimoniais como sua necessidade e posicionamento dentro das organizações, evidenciando também o novo papel da administração no contexto atual. De forma descritiva, as indicações contribuem para uma releitura do cenário empresarial focando os recursos materiais e patrimoniais como processadores de apoio vital ao alcance das metas planejadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO ATUALMENTE

A administração como ciência evolui continuamente no sentido crescente ao compromisso que faz perante a empresa inserida em seu ambiente. Dessa forma, o ato da gestão ao designar e estabelecer os parâmetros administrativos faz jus ao seu papel aplicando os conceitos pertinentes a essa ciência.

Na verdade, a administração se aprimora a cada minuto, pois o dinamismo de sua prática colabora para ações concretas baseadas em vivências específicas. Essas vivências proporcionam difundir a grande gama de informações oriundas da sociedade e como se relacionam os agentes transformadores.

Toda organização concebida por uma estrutura física em si, sem que haja recursos atuantes, é apenas mais um corpo opaco fixado em algum local. Entretanto, quando recursos são postos em células de trabalho a serviço dessa estrutura, a administração realmente acontece.

Pode-se verificar que o relato de Motta (1998, p. 53) é importante no que tange a estrutura, quando diz:

A palavra estrutura é de emprego muito antigo, tanto nas ciências físicas quanto nas sociais e em termos amplos significa tudo o que a análise interna de uma totalidade revela, ou seja, elementos, suas inter-relações, disposição. O conceito de estrutura é especialmente importante para a ciência porque pode ser aplicado a coisas diferentes, permitindo a comparação.

No momento em que se busca compatibilizar teoria e prática, a administração quer estabelecer sua importância para a direção certa dos pressupostos gerenciais. Nada mais é realizado fora dos padrões. A gestão amadora está dando lugar à verdadeira gestão profissional e esta quanto mais aprimorada for permite que a efetividade seja traçada. Fala-se em eficiência e eficácia, mas o que as organizações buscam é a efetividade a caminho da economicidade. Nesse sentido, qual é o papel da administração nos dias atuais? Para onde vão seus conceitos?

Em primeiro lugar, interessante é analisar o que foi a administração no passado, sua representatividade, sua significação para a humanidade e como ela foi projetada para o futuro que hoje se realiza como também agora, no presente, qual será o seu papel no futuro. Em segundo lugar, analisar quem esteve e está à frente de sua evolução, quem contribui para o seu avanço científico e se compromete a defender sua posição, seu *status*.

Não há uma separação nítida entre o passado e o presente, no que diz respeito à teoria e prática administrativa. Ao contrário, o passado é sombra no presente. Porém, a teoria administrativa contemporânea enfatiza a natureza das organizações como sistemas, nos quais tudo está interligado. A teoria contemporânea também enfatiza a idéia de que a eficácia de qualquer prática gerencial depende das características particulares da situação a qual está sendo aplicada (HAMPTON, 1992, p. 28).

Evidente e clara passagem sobre o futuro do passado da administração está relacionada ao que a sociedade participa hoje, numa administração aberta, conhecedora do seu papel e orientadora para tomada de decisões estratégicas.

Administrar tem suas peculiaridades. Não são todos capazes de fazê-la. Há grande necessidade de conhecer suas vertentes antes de tomar qualquer atitude. Melhor, a atitude deve ser parte do tripé administrativo seguido do conhecimento e habilidade. A essa altura poder usufruir da contribuição da administração para as rotinas diárias favorece o mundo empresarial e relacionando o desempenho de todos os colaboradores

das organizações junto aos conceitos técnicos da ciência administrativa, as atividades internas fluem em consonância com as particularidades de cada setor formando o elo entre empresas e ambiente externo.

Sob essa ótica o papel da administração ultrapassa conceitos definidos quando de sua aplicação, pois numa sociedade capitalista e consumista onde os recursos são postos a favor da praticidade do dia a dia, a visão do que seja o papel dessa administração toma corpo e se fundamenta na cultura local evidenciando que para qualquer organização permanecer no mercado atualmente, a direção segue a linha da inovação.

Quem não inovar para criar novos conceitos, novas tendências, certamente não haverá o amanhã para sua organização. Além disso, saber lidar com essa inovação é o principal desafio das empresas no século XXI.

O que está por trás de todas as informações certamente são os recursos e quando se falam neles, todos contribuem como ferramentas de apoio estratégico facilitando as práticas operacionais. Pensar em todos os recursos como elementos de força estratégica é o caminho para a continuidade das atividades organizacionais.

Administrar hoje não é mais implantar uma idéia apenas. É trabalhar as funções do executivo: planejar, dirigir, controlar e avaliar numa visão voltada para as necessidades reais da empresa e da sociedade principalmente. Sabe-se que o maior objetivo de qualquer organização é o lucro, mas para essa meta, uma série de fatores entra no cenário empresarial condicionando as ações de todos em prol desse alcance. Tudo é e deve ser pensado com bastante clareza antecedendo o próximo passo.

Com essa premissa é possível estabelecer planejamento discutindo cada etapa das tarefas de cada departamento da organização focando o trabalho em conjunto, em sinergia grupal.

Quando se fala em administrar, ainda há dúvidas entre o que é certo ou errado realizar sob as condições de risco e incerteza. Por isso existe o planejamento, mas muitos pensam que as ações podem ser feitas pela percepção de quem faz.

Todos os envolvidos no processo administrativo devem entender que a visão das empresas no presente está voltada para o holismo onde todos os fatores internos e externos contribuem para o excelente gerenciamento e posicionamento da organização no mercado.

Então a administração como ciência, desde Taylor e Fayol, já apontava a necessidade de seu trabalho ser cuidadosamente pesquisado e aplicado nos processos atuais.

A realidade permite visualizar as correntes do pensamento administrativo como fórmulas concretas de ação sobre o trabalho realizado e isto contribui para o aprimoramento da gestão.

O posicionamento da organização no mercado global quando realizado de modo planejado coloca-a num patamar estratégico e as forças produtivas internas ganham

níveis de participação em cooperação com os próprios objetivos contribuindo para o estabelecimento de métodos mais claros seguidos por todos os usuários do sistema.

Essas colocações são reflexos de uma administração que sempre pensou sobre o “como fazer” eliminando de seus questionamentos “o que” fazer. Se a sociedade analisar pela terceira vez o papel da administração perceberá que é a aplicação da sua prática que a move. Faça, observe o campo analisando-o criticamente e apresente conclusões.

2.2 IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS PARA AS ORGANIZAÇÕES

Dentro de uma área generalista e complexa como a da administração são os recursos os elementos fundamentais para aplicação das práticas de trabalho cotidianas.

Um dos recursos, os humanos, que hoje se transformou em gestão de pessoas garantiu seu espaço como sinalizador da importância vital para a sobrevivência das organizações. Os recursos tecnológicos que estão em evidência, conseguem colocar as empresas em primeiro lugar na escala da concorrência de mercado quando bem planejados e empregados. Entretanto, os recursos materiais e patrimoniais estão passando agora a serem elementos constitutivos de avaliação e escolha por toda a cadeia de suprimento das organizações.

Os conceitos de Martins e Alt (2006, p. 4 e 5) com relação aos recursos materiais e patrimoniais são apresentados da seguinte forma:

A administração dos recursos materiais engloba a seqüência de operações que tem seu início na identificação do fornecedor, na compra do bem, em seu recebimento, transporte interno e acondicionamento, em seu transporte durante o processo produtivo, em sua armazenagem como produto acabado e, finalmente, em sua distribuição ao consumidor final.

A administração de recursos patrimoniais trata da seqüência de operações que, assim como a administração dos recursos materiais, tem início na identificação do fornecedor, passando pela compra e recebimento do bem, para depois lidar com sua conservação, manutenção ou, quando for o caso, alienação.

Ao iniciar as colocações sobre a importância dos recursos materiais e patrimoniais para as empresas, necessário é refletir sobre sua tangibilidade ignorada por muitos usuários. Como matérias físicas, ocupam lugar e espaço e sob esse conjunto por um lado composto de diversos materiais e por outro concreto, ferro, madeira, vidro, etc. a administração agregada aos outros tipos de recursos começa a desempenhar o seu papel. Não há como atuar sem um espaço caracterizado para cada finalidade comercial. Sempre haverá um lugar, uma sinalização sobre o que está ocorrendo e para qual objetivo se faz. Como também não existe um trabalho que não utilize um recurso acessório para o desempenho ativo da função. Qualquer tipo de atividade sempre vai utilizar um recurso material dentro de um *layout*.

Tratando a prestação de serviços e suas áreas de atuação sendo amplamente percebida e visualizada por todas as pessoas, a relevância dos materiais e patrimônios ganha

destaque como diferenciais na qualidade. A verdade é que ocorre um misto de participação entre todos os envolvidos.

A administração do fluxo de materiais que percorrem toda a organização deve ser estabelecida nos manuais e regimentos internos e gerenciadas com responsabilidade para que não haja desperdícios.

É fundamentado e conhecido por todos os colaboradores da organização que todo o processo produtivo empregado nos níveis hierárquicos é constituído de materiais e patrimônios além dos outros recursos. Dessa premissa, as organizações responsáveis pela cultura do aprender, do conhecimento, começam a implantar caminhos através do planejamento e controle com mais ênfase sobre esse aspecto.

Uma das tarefas empresariais que devem ser minuciosamente cumpridas está alocada no setor patrimonial, onde a prática da fiscalização é uma constante através dos inventários. Mas sobre os materiais também há um controle sistemático sobre as entradas e as saídas.

Interessante é avaliar que em algumas organizações serão encontrados departamentos específicos para os recursos materiais e outros para os patrimoniais, dependendo do porte empresarial. E haverá outras organizações em que não será visualizada uma gestão de recursos materiais e patrimoniais. Entretanto a ligação dos recursos bem como a sua gestão é intrínseca.

A necessidade do mercado atual com seus fatores externos agindo diretamente ao ambiente sistêmico da empresa, está agora avaliando toda a prática funcional da organização incluindo a utilização dos recursos.

A preocupação com o ambiente e o aspecto da produção “limpa” age sobre a forma de como os recursos disponíveis são administrados. E isto é um dos diferenciais competitivos nas práticas de gestão atuais.

O administrador não pode cometer a negligência pela falta de conhecimento acerca de seus recursos, principalmente os materiais onde está empregado grande parte do ativo financeiro da empresa. Com relação aos recursos patrimoniais, há também a necessidade do acompanhamento da evolução predial e derivados. A verdade é que as organizações não param de crescer e através dessa evolução, crescem também os problemas refletidos para o trabalho da administração.

Estabelecendo a análise da importância dos recursos materiais e patrimoniais no setor de serviços especificamente, a colocação do aspecto produtivo sofre influência advinda pela percepção de todos os envolvidos no processo: colaboradores, clientes, fornecedores e outros. Desta forma, os administradores responsáveis legais pela aplicação das funções executivas, precisam ter acuidade frente a esse processo.

Os colaboradores (funcionários) possuem uma visão sobre o ambiente. Por outro lado os clientes (consumidores) também colaboram com suas críticas no conjunto ambiental/perceptivo. E há uma constante movimentação dos fornecedores dentro e fora

do ambiente organizacional. Todo esse composto envolve análise e avaliação a respeito do patrimônio e dos materiais utilizados.

Em organizações que prestam serviços como no caso de hospitais, faculdades, bancos, aeroportos, etc, é grande a percepção do conjunto dos recursos disponíveis gerando satisfação ou desapontamento por parte dos envolvidos. Isso se deve ao fato de que em todas essas empresas, os consumidores participam do processo e são usuários dos recursos. Quem avalia é quem participa.

A partir desse ponto os estudos referentes à importância dos recursos materiais e patrimoniais podem avançar no sentido de um melhor planejamento referente ao fluxo e sua utilização na organização. Portanto, que tipo de planejamento os administradores tecem em relação à organização, direção e controle desses recursos em particular?

Outros questionamentos estão pautados sobre a qualidade desses recursos. Eles realmente atendem às necessidades dos usuários? Qual o grau de responsabilidade é aplicado em cima deles em aspectos gerais?

Como as empresas possuem em seu objetivo a prestação de serviços ou a entrega de bens, percebe-se que deve haver um planejamento voltado para essas questões tão relacionadas ao processo vital das organizações. E um dos aspectos que devem ser avaliados quanto a questões do planejamento evidencia-se sobre os recursos materiais e patrimoniais.

2.3 RESPONSABILIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

As empresas caracterizadas e declaradas como o “segundo lar” merecem atenção especial e zelo por todo aparato instrumental disposto.

Em empresas primárias e secundárias onde os clientes geralmente não participam do processo produtivo, as responsabilidades pela administração dos recursos materiais e patrimoniais são dos agentes internos dos processos. Já nas terciárias, todos os envolvidos (níveis hierárquicos e clientes) são coadjuvantes dos papéis de responsabilidades administrativas.

Mas o que vem a ser essa responsabilidade no tocante aos recursos materiais e patrimoniais?

Nesse século as organizações continuam passando por profundas transformações que afetam suas práticas no mercado competitivo, pois como sistemas abertos elas interagem constantemente com o ambiente externo. Isso implica a forma como as atividades internas são conduzidas.

A preocupação com a produção limpa, questões socioambientais, qualidade evidente e aplicada através de padrões específicos, estão agindo sobre os recursos e seu modo de utilização.

Num momento crucial como o presente onde as empresas atravessam uma crise financeira que dita quem permanece e quem sai do mercado, toda a estrutura empresarial passa agora a ser alvo de análise.

Dentro dessa estrutura, o que antes parecia ser uma simples tarefa rotineira em relação aos aspectos materiais e patrimoniais, atualmente são questões de dados transformados em informações peculiares para reavaliar o modo vivencial da organização. Através dessa análise o planejamento pode ser desenvolvido sob fontes seguras e sendo necessário, mudanças são realizadas.

Um pensamento a respeito do porque deve ser aplicada a responsabilidade sobre os materiais e recursos patrimoniais, encontra-se na colocação de Chiavenato (2005, p. 27), informando que:

Qualquer que seja o sistema de produção utilizado pela empresa – por encomenda, lotes ou produção contínua –, o processo produtivo é sempre uma complicada e contínua transformação de matérias-primas, materiais e informações em produtos acabados ou serviços prestados. O interior de uma empresa é invariavelmente o cenário de uma série de ações aplicadas sobre os materiais ou informações que ingressam no processo produtivo para serem gradativamente transformados até resultarem em produtos finais ou em serviços prestados [...].

Nesse contexto de avaliação onde a responsabilidade dos recursos materiais e patrimoniais ganha destaque, a função gerencial se estabelece como a precursora dos ditames relacionados ao controle desses recursos. Entretanto, como os recursos são utilizados por todos na organização, cada subsistema recebe a sua parcela de responsabilidade pelo uso dos materiais e patrimônio.

Dessa forma, todos os envolvidos no processo de utilização dos recursos são co-responsáveis pela sua administração e essa administração envolve desde o planejamento até o próprio controle.

Mas como estabelecer essa prática? Através da conscientização. O primeiro passo é informar, explicar sobre o que representam os recursos materiais e patrimoniais para a empresa e para o perfeito funcionamento do sistema. Após a consciência, deve ser implantado treinamento e desenvolvimento acerca da correta utilização dos recursos que ajudará todos os colaboradores a criarem o espírito de co-responsáveis pelo zelo dos mesmos.

A partir das informações transmitidas e da consciência adquirida pelos colaboradores da organização, estes agora devem atuar como agentes multiplicadores da correta forma de utilização dos recursos perante os clientes, fornecedores e demais agentes participantes do ambiente da organização.

Assim, nas empresas prestadoras de serviços onde o consumo ocorre quando o processo de transformação, a disseminação da cultura e do ensino sobre o zelo material e patrimonial é questão de suma importância para a melhoria da produtividade da organização e essa melhoria reflete no alcance dos objetivos traçados pela mesma.

3 CONCLUSÃO

A partir das reflexões feitas sobre a administração dos recursos materiais e patrimoniais como apoio vital para as organizações, percebe-se em primeiro lugar a necessidade da administração possuir o dever de exercer um papel mais atuante em relação às funções gerenciais, contribuindo para o real planejamento estratégico sobre a melhor forma de gerir os recursos internos da empresa.

Nenhuma organização lança abstratamente conceitos sem fundamentos para empregar em sua rotina de trabalho. Todas as formas de ação são antes estudadas, verificadas e planejadas para o desenvolvimento das atividades da organização. Nesse aspecto a contribuição de todos os recursos forma um composto de ferramentas capazes de ampliar a visão gerencial para a tomada de decisão.

As empresas estão em busca de novos modelos de gestão para a melhoria de seu processo produtivo. Entretanto estão cada vez mais conscientes que é através da boa administração de seus recursos que conseguem atingir seus objetivos.

Dessa forma a importância dos recursos materiais e patrimoniais agregados à responsabilidade de todos os envolvidos no ambiente apresentam aspectos fundamentais para que as empresas possam reavaliar os planos de trabalho, evitando ao máximo os desperdícios e controlando a utilização através de práticas corretas em relação à cadência dos mesmos principalmente em empresas prestadoras de serviços, onde a qualidade do processo é percebida.

Finalmente, difundir a consciência sobre a utilização dos recursos é uma das ações que as empresas devem abordar através dos meios de comunicação internos, informando aos colaboradores, consumidores e fornecedores a significação que tem os recursos para a imagem da organização no ambiente interno e externo.

4 REFERÊNCIAS

1. CARVALHO, Leão Roberto Machado de. **Pode não ser este recurso o que te falta.** Rae, v. 30, n. 4, Out/Dez 1990. Disponível em: <http://www.rae.com.br/rae/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=828&Secao=NOTAS&Volume=30&Numero=4&Ano=1990>. Acesso em 07 Ago 2009.
2. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Materiais: uma abordagem introdutória.** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
3. FACULDADE CAPIXABA DE NOVA VENECIA-UNIVEN. **Manual de Normas Técnicas.** Nova Venécia, 2004.
4. GONCALVES, José Ernesto Lima. **Os novos desafios da empresa do futuro.** Rae, v. 37, n. 3, p. 10-19, Jul./Set. 1997. Disponível em: <http://www.rae.com.br/redirect.cfm?ID=270>. Acesso em 08 Ago 2009.

5. HAMPTON, David R. **Administração contemporânea: teoria, prática e casos.** – 3. ed. – São Paulo: McGraw-Hill, 1992.
6. MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** – 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2006.
7. MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria geral da administração: uma introdução.** – 22. ed. ampl. – São Paulo: Pioneira, 1998.

“TE-SENDO REDES: UMA VISÃO SOBRE AS POSTURAS DOS SUJEITOS QUE COMPÕEM A REDE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO ESPÍRITO SANTO”

Philiane Ferreira Paulino da Silva¹⁵

RESUMO

O presente artigo aborda a constituição de uma rede de atendimento, ou redes de atendimento, para o sistema socioeducativo, refletindo a questão da adolescência e do envolvimento no ato infracional a partir da compreensão dos processos de constituição do indivíduo, da imprescindibilidade das funções familiares nesses processos, e dos processos societários atualmente vivenciados

Palavras-chave: rede, atendimento socioeducativo, família, subjetividades.

ABSTRACT

This article discusses the establishment of a network service or network services, for the socio educational system, reflecting the issue of adolescence and involvement in an infringement from the understanding of individual formation processes, the essential functions of these family processes, and societal processes currently experienced.

Keywords: network, service workers, family, subjectivities

1 INTRODUÇÃO

Aos profissionais que se lançam no desafio do trabalho socioeducativo, é necessária uma compreensão clara e consciente de suas funções e do significado do seu trabalho para aqueles que atende.

O curso oferecido pelo Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – IASES –, em parceria com a Escola Lacaniana de Psicanálise – ELPV – e Faculdade de Direito de Vitória – FDV – representou uma oportunidade por esses (nós) profissionais se construíram a partir de reflexões instrumentados pela visão da psicanálise e algumas teorias do direito.

E com a sistematização da ampliação da visão quanto à adolescência, a família, sua importância na constituição do sujeito, o nosso mundo em crise de valores e as questões que traz à adolescência, as condições postas ao trabalho socioeducativo e as funções e

¹⁵ Assistente social pela Universidade Federal do Espírito Santos – UFES – em 2003. Especialista em Gestão Municipal de Políticas Públicas, atuando na Prefeitura Municipal de São Mateus – ES desde 2005, junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Cumprimento de Medida em Meio Aberto “São Mateus” – CASEA. Coordenadora do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

responsabilidades de seus agentes em abrir possibilidade para a promoção dos sujeitos para os quais trabalhamos.

Registrar essas reflexões e novas visões quanto ao nosso trabalho contribui para marcarmos nossas ações cotidianas de uma nova forma.

2 A FAMÍLIA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Denominada como desestruturada quando em arranjos diversos dos tradicionais, considerada como modelo falido quando pensada em formato instituído e historicamente aceito, a família é frequentemente colocada em cheque nas reflexões quanto às situações, principalmente de violência, que chocam a opinião pública (fatos que quando ocorrem são colocados como único assunto corrente e elevam a audiência à pontos astronômicos). Até mesmo nas reflexões quanto aos valores atuais e os caminhos da humanidade, a família é sempre referenciada, quase que culpabilizada pelas misérias do mundo e dos humanos.

Contudo, quando refletimos sobre os processos societários não podemos de forma alguma partir de uma visão focalizada, apontando uma única instituição social como responsável por toda uma configuração social. Esta seria uma visão extremamente limitada e injusta. Mas, o papel da família e os reflexos das transformações ocorridas na constituição familiar devem ser pensados como elementos constitutivos do nosso tempo.

As situações que configuram o nosso mundo, no tempo e no espaço, e que constituem o tal processo societário, ou os processos societários atualmente em curso, são vivenciadas pelos sujeitos, os agentes históricos. O aquecimento global e o esgotamento dos recursos energéticos, as crises econômicas, a desigualdade social, a violência, a corrupção, e as lutas para superação dessas problemáticas são reflexos das ações humanas. Por isso é tão importante pensar a família nesse contexto, em como essas questões interferem na configuração das relações e arranjos familiares. Pois é nesse meio, que os sujeitos históricos são formados e se desenvolvem enquanto seres humanos. E não simplesmente pensarmos a família como cerne único de todas as questões do mundo e dos humanos.

E nessa reflexão quanto ao que representa a família na constituição do sujeito, a psicanálise nos oferece referência sólida. *“A ética para a Psicanálise diz respeito ao desejo. A família é a primeira representação do mundo e, por isso, tem um papel essencial na formação do sujeito e na marcação das referências simbólicas [...]”* (TESENDO REDES, p.48). Essa compreensão psicanalítica aborda a relação mãe-filho (a) como uma relação incestuosa, de desejo materno que objetifica, apreende o filho no seu desejo. Mas que também, marca primeiro um lugar no mundo para esse sujeito. Um lugar inicialmente definido e limitado apenas ao desejo da mãe, mas que representa a primeira definição para o ser. O bebê, mesmo antes de nascer ganha uma definição com características e funções pelo que a mãe deseja que ele seja. E esse desejo é o primeiro lugar de existência desse novo ser. Mas essa existência primeira é limitada, presa unicamente ao desejo da mãe, sua única função é satisfazer as projeções maternas, o que

fecha o caminho para o sujeito, que nasce aberto a todas as possibilidades disponíveis no mundo.

A terceira pessoa nessa relação, à função paterna cabe quebrar essa dualidade, dizendo à mãe que não reintegrará de volta seu filho (a) no ventre, e ao filho (a) que não é a única fonte do despertar do desejo da mãe, que não é o único receptor de seu carinho e afeto. Essa função expõe a esses dois, confundidos pelo afeto materno, a incompletude inerente ao humano, que na relação Mãe-Filho (a) pode parecer eliminada, e alcançada a plenitude de ser.

A leitura do pai introduz na vida do filho um funcionamento pela via do significante, com articulações de metáfora e possibilidade de equívoco. A significação, indicada por ele, desloca a criança do lugar de alienação ao gozo materno e aprisionamento ao signo de seu olhar, para o lugar de significante do seu desejo. A presença deste significante permite um jogo muito diferente daquele que se faz com as imagens, o jogo simbólico. Nele é possível o uso do mecanismo da introjeção, responsável pela identificação simbólica ao lugar de objeto desejável. A mediação do pai é responsável pelo sentimento de realidade em relação à própria imagem [...] (BASTOS (org.), p.75).

No primeiro olhar da mãe para o filho, ela o toma como objeto que lhe completará. Por isso precisa colocar-se em outro âmbito além do lugar de mãe, direcionar seu desejo para além do filho. Essa seria a função do pai (ou função paterna exercida não necessariamente por um homem companheiro da mulher): retirar o filho(a) da condição de objeto de desejo da mãe. Com a marcação da função paterna, da figura masculina desejável pelo feminino, a criança deixa o lugar de objeto de desejo da mãe para ser o significado da relação homem-mulher. Deixa de ser um objeto para ser um significante, o que abre possibilidade de muitos enquadres, significados e identificações, para além de objeto.

[...] Quando o pai falha na sua função, à criança resta no lugar de objeto, abandonada aos caprichos maternos, aprisionada no visgo do seu olhar e prisioneira do jogo das imagens. A ausência da significação que traduz a imagem ofertada pelo outro primordial, através do olhar, impede a internalização da imagem que transforma o eu e fornece o sentimento de si mesmo.

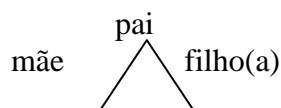
É certo que a determinação de uma posição implica em algumas marras para o sujeito, na indicação do seu caminho. Mas um incômodo maior viria do abandono, onde nenhum enquadre se marca, e para dizer 'eu' seria preciso encontrar uma imagem exterior onde se projetar. (BASTOS (org.), p.75 e 76).

Um episódio do seriado “*Um Menino Muito Maluquinho*”, exibido na TVE-Brasil, baseado na obra de Ziraldo “*O Menino Maluquinho*”, demonstra de forma simples, cotidiana e lúdica essas relações: o “Menino Maluquinho” chega aos seus cinco anos de idade, e foi essa a data marcada em um acordo com seus pais para que ele deixasse a mamadeira. Nesse dia ele acorda cedo, prepara, ele próprio a sua mamadeira e se esconde em baixo da mesa da cozinha. Seus pais já acordam procurando-o, e em brincadeira de esconde-esconde encontram-no em baixo da mesa e vão os três para o quintal, e o Menino arremessa a mamadeira em cima do telhado. Após cada cena do seriado, o “Menino Maluquinho” (ou outras personagens), faz comentários sobre o que acabou de acontecer. E nesse ambiente paralelo para os comentários, o Maluquinho pode aparecer aos 5, 10 ou 30 anos de idade. E quanto à essa situação da mamadeira, o

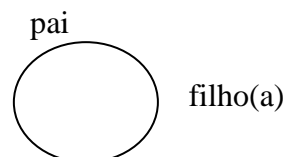
“Maluquinho” aos 5 anos mesmo, diz que naquele momento ele deixou de ser o “filhinho da mamãe para ser Eu Mesmo”. Nesse mesmo episódio, bastante ilustrativo, há outra cena que vale ser descrita: como o aniversário de 5 anos foi a data marcada para abandonar a mamadeira, foi-lhe também prometido, pela mãe, todos os presentes que imaginava, como bola, bicicleta, super-herói de brinquedo, bichos de estimação, viagens. A mãe sempre dizia sim para todos os pedidos, e no dia dos 5 anos ele começou a lembrar de tudo, e a mãe dizia que não sabia, que não se lembrava ou que ia ver se dava. O pai, no ambiente paralelo, fez seu comentário, “Eu avisei que não podia dizer sim pra tudo que esse Menino pedia”. E a mãe, preocupada, “Será que o Maluquinho vai se lembrar de tudo que eu prometi?”. Ao final ele ganha uma bicicleta e fica muito feliz.

São exemplos simples e corriqueiros, mas que demonstram bem os papéis assumidos na família para a formação de um indivíduo, que na sua errância, que no universo de possibilidades ao nascer, é vital essa delimitação que lhe permite uma definição de sujeito, uma identificação enquanto pessoa, a qual lhe será proporcionada na relação familiar. E essa relação constituinte de sujeitos pode ser vivenciada em diversas situações, independente da composição familiar. A relevância está nas funções, as quais podem ser exercidas até mesmo por um indivíduo, que com consciência de si e desse Outro (criança) que precisa de referências e significações, pode realizar sozinho. A composição familiar não determina se o filho(a) terá seu espaço enquanto sujeito, o que é ora colocado são as interferências e relevâncias da relação Pai-Mãe-Filho(a) na formação do ser.

Contudo, questionamos a defesa dessa constituição familiar se pensada de forma triangular:



Visualizamos melhor de forma circular: mãe



Talvez fosse ainda melhor abandonarmos qualquer explicação didático cartesiana e não delimitarmos forma alguma para relações humanas. Na representação triangular, ainda mais estanque que a circular, a função paterna pode parecer sobrepondo-se às outras, como determinante fundamental e incontestado de que tipo de relação deve haver entre mãe e filho. Para tanto, mesmo correndo o risco de exagerar nas ilustrações, recorro ao filme “Lavoura Arcaica”, para demonstrar que essas funções, paterna e materna, são fundamentais na constituição do ser, mas precisam ser exercidas em medidas flexíveis, determinadas pela situação e característica de cada indivíduo da relação familiar.

No filme, o caçula epilético de uma família de muitos irmãos, filhos de um fazendeiro do início do século XIX, foge de casa, e é trazido de volta por um dos irmãos. Quando retorna, trava o único diálogo até então havido com seu pai. Nessa conversa o filho tenta explicar porque fugiu e porque nunca se sentiu pertencente à família. Por sua vez o pai lhe justifica sua austeridade e rigor na manutenção de valores e no crescimento da família.

O pai, um homem austero, de poucas palavras e muitas ordens, chegava à mesa após todos sentarem-se, e quando ele chegava todos deveriam levantar-se para recebê-lo. A mãe, extremamente carinhosa, permissiva, acordava os filhos pré-adolescentes com cócegas em baixo dos lençóis e deixava todos os filhos, meninos e meninas, nus em banhos juntos, brincando muito à vontade, mesmo crescidos. O caçula apaixonou-se por uma de suas irmãs, muito bonita e sempre desejada, e mantém relações com ela. Quando isso tudo é revelado a irmã tem um surto e o irmão mais velho mata o caçula.

Com esse exemplo trago à reflexão de que a autoridade, a lei paterna, deve ser colocada em certa medida, e não é única referência necessária para a constituição do sujeito.

O que a psicanálise nos confirma é quanto à natureza da relação mãe-filho, e que só com a interferência do terceiro paterno o limite do desejo é estabelecido, abrindo caminho para o sujeito.

Portanto, quando nos reportamos à família nos questionamentos quanto aos descaminhos do nosso mundo, devemos considerar como fator desestruturante a incapacidade dos indivíduos colocados nas posições paterna e/ou materna, em garantirem o lugar de sujeito de um novo indivíduo. Pois a ausência de uma dessas referências é que traz problemas à formação do indivíduo. Não se trata de falência de modelo algum, mas sim de ausência de responsabilidade e segurança no assumimento de suas funções por parte dos adultos da relação familiar, aquele a quem cabe construir referência de mundo, para que a partir daí um novo sujeito se constitua.

2.1 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

A significação da família a partir da psicanálise confirma a essa a sua função de delimitação/constituição do sujeito, esclarecendo a limitação do indivíduo, resguardando suas possibilidades, não o permitindo “ser tudo”, “ter tudo”.

Mas “o limite” é um conceito, um valor descartado atualmente. O que nos é colocado como padrão de existência é o pleno gozo, viver sem limites, querer sempre mais. Para ilustrar cinematograficamente, novamente, o filme “Os Sem-Floresta”, uma animação de longa duração, tem uma frase exemplar, quando um bichinho tenta explicar aos outros ainda nativos, como os humanos têm tanta comida, pois “*Para os humanos muito é sempre pouco*”.

E um dado momento histórico acabou por confirmar essa concepção no que tange à instituição familiar, que foi a Revolução de 1968. Questionando qualquer autoridade lutando contra o autoritarismo, contestando padrões comportamentais, culturais e políticos, os jovens daquela época, mesmo não sendo esse o objetivo, acabaram por promover os padrões de consumo exigidos pelo então modelo de produção em voga, o toyotismo, e o neoliberalismo, como concepção de organização do Estado e Mercado. Nessa visão, a Revolução de 1968 seria um tiro que saiu pela culatra.

Com um tom mais realista, um estudioso sobre o tema e um artista que vivenciou o fervor do período revelam que tudo aquilo pode não ter passado de apenas fumaça. Para Ricardo de Oliveira, sociólogo e pesquisador do setor de História da UFPR, foi

muito mais um movimento de aparências do que real: ‘Havia um cenário de renovação e contestação que marcou toda uma geração, mas não causou mudanças efetivas’. (<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/3701>)

Para a família foi direcionado o ataque aos padrões autoritários patriarcais, os quais foram negados pela “juventude revolucionária”, mas não foram definidas novas configurações dos papéis feminino e masculino na constituição familiar. E assim, os papéis estanques de autoritarismo patriarcal e amor incondicional materno foram revertidos pelos jovens da época, no momento de formação de suas novas famílias, em aproximação extrema ao filho: os pais colocando-se na mesma posição (no mesmo lugar) dos filhos. O que gerou uma confusão nos papéis familiares. E para uma identificação de sujeito, cada membro deve ter seu lugar na família muito bem definido e claro, se necessário, até mesmo dito.

E quando esse indivíduo em desenvolvimento que não tem clareza de seu lugar na família parte para a ampliação de suas relações e espaços de vivências, independente dos pais, situação característica da adolescência, e encontra um mundo também sem fronteiras, que lhe exige e oferece tudo ao aperto de um botão, ao deglutir de um comprimido, o sujeito confirma sua indeterminação. Podendo aí se identificar com qualquer posição disponível no mundo, que lhe dê “um lugar de brilho”.

Assim, os jovens de 1968 caíram numa armadilha do sistema. Pelo oportunismo do mercado, o que era para ser revolucionário e transformador foi utilizado para abrir caminho para a sociedade do consumo ilimitado.

“O escritor, jornalista e letrista Nelson Motta era presidente do centro acadêmico de sua faculdade e colunista do jornal Última Hora. Ele estava inserido no contexto de revoluções e realmente acreditou que poderia mudar o mundo. ‘A música era um instrumento secundário para alcançar objetivos políticos, mas mesmo assim a gente achava que ia derrubar a ditadura com todos aqueles protestos’. O artista, que acompanhou toda a passeata dos 100mil, hoje considera que aquele foi um momento de grandes ilusões. A falta de uma ideologia que guiasse os manifestantes também contribuiu, na visão de Motta, para que tudo acabasse sem muitos resultados. ‘Havia muita empolgação, mais que libertário o movimento era anárquico’, relembra.

[...]
Oliveira cita...

Eles querem é lembrar a época em que eram jovens e fazer dinheiro. Foram feitas comemorações desse tipo em 1986, 1988, 1998 e agora em 2008. Com certeza em 2018 vão querer fazer mais para promover mais eventos, vender mais livros, músicas e filmes. ‘A “explicação para tanto alvoroço é exclusivamente narcisista e comercial”, salienta o sociólogo. (<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/3701>)

No entanto, a conjuntura atual nos aponta a falência do atual modelo de produção e consumo (dado pelo toyotismo) e o paradigma neoliberal de relação Estado-Sociedade. Esse modelo que tem como lógica a ausência de fronteiras de qualquer âmbito, entre países (pela globalização de mercados), entre indivíduos (pela internet) e para os indivíduos (pela oferta de satisfação de qualquer necessidade no mercado). Essa é uma lógica historicamente recente, mas já apresenta gritantes sinais de esgotamento, o que

nos remete a reflexões quanto aos processos societários em curso. Pois algo foi feito de errado se as mudanças ocorridas para a superação de uma crise não deram certo quarenta anos depois. O esgotamento da capacidade produtiva do planeta para os padrões de consumo atuais, a intolerância e intransigência entre os humanos, principalmente àqueles que nos parecem diferentes, a competição como fundamento nos relacionamentos entre seres, demonstram que o apogeu do nosso sistema parece ter se encerrado. E nesse contexto, além da grande e árdua tarefa do existir temos o desafio de “ser” num momento de transição, um momento que nos exige refletirmos e definirmos nossa postura nesse mundo. Pois é dessa postura, dos nossos comportamentos assumidos na vida cotidiana que definiremos novos valores e paradigmas futuros.

Esse cenário de um mundo destituído de fronteiras (lê-se definições), cujo lugar de valor é o mercado, regulado por uma lógica de ausência de limites para os prazeres humanos, e em crise; reflete determinadamente nos arranjos e nas relações familiares. Ausência de limites no mundo e nos lares, abertura para busca de satisfações individuais sem o limite da ética e do valor ao humano, flexibilidade nas relações e nas funções entre os membros da família, configuram esses reflexos.

E é nessa confusão de identificações que estamos tentando direcionar nossas vidas, que os adolescentes estão tentando buscar as respostas ao turbilhão de questões que trazem em busca de si mesmos.

3. ADOLESCÊNCIA E O ATO INFRACIONAL

Na adolescência, como em todo o curso de nossa existência, somos pessoas em desenvolvimento, contudo, o adolescente (e a criança) é pessoa em situação peculiar de desenvolvimento (Art. 6º da Lei nº 8.069 de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente). Compreendemos essa peculiaridade relacionada ao grau de possibilidade de elaboração e tomada de consciência das transformações vivenciadas, as quais, na adolescência são naturais (posso dizer das transformações físicas). As transformações pessoais e sociais ficam por conta da possibilidade de ampliação de suas relações e espaços assumidos socialmente e na família, e à necessidade de fazer escolhas próprias.

Nesse momento da vida é crucial que a socialização primária, que as relações anteriores, tenham lhe fornecido instrumentos de se sujeitar, ou seja, de que o sujeito constituído inicialmente, orientado e delimitado pela Lei Paterna, possa deixar de sê-lo para ser um novo, ou para ser este mesmo e algo mais. O indivíduo pode agora, com crescimento físico e social que lhe proporciona ampliação de sua autonomia na adolescência, questionar essa Lei que o constitui e remodelá-la ou criar as suas, mas sempre a partir do lugar que já lhe foi reservado, sempre referenciando este lugar. Assim as escolhas tornam-se mais conscientes e o adolescente aproxima-se da maturidade com essa consciência, vivencia seu processo de desenvolvimento.

Mas com tamanha fluidez do nosso mundo, o lugar inicialmente que lhe foi reservado enquanto pessoa, seu lugar na família, precisa estar bem claro e definido para este jovem, para que não caia nas armadilhas dos prazeres imediatos e gozos plenos que o

“mercado” oferece. Nesse momento, se esse indivíduo não sabe do seu lugar, do seu valor, pode identificar-se com qualquer outro, já que o seu próprio não foi internalizado.

A identificação imaginária ao traficante ou bandido, que se faz por projeção nestas imagens, em conformidade com um personagem que aparentemente ‘se deu bem’, embora na marginalidade, indica precariedade da função simbólica transmitida pelo pai, no dom do seu amor [...] (BASTOS, (org.), p.75).

E como o valor do mundo hoje é o consumo, é o que (ou quanto) se tem na vida e não o que se faz da vida, para os jovens que têm como oportunidade disponível o trabalho no tráfico (com possibilidade de seguir carreira) ou roubo, essas alternativas podem parecer promissoras. A partir daí, do envolvimento com a criminalidade, o caminho da violência e da barbárie por parte desses, pode estar aberto.

Contudo, “novos enquadres” são possíveis também nesse momento da adolescência. Cabe aí o oferecimento de oportunidades, o descobrimento de capacidades para que um “lugar de brilho” possa ser oferecido por outra via que não à do ato infracional. E para a conquista desse adolescente no sentido de convencimento de que para ele pode haver um novo lugar é preciso a (re)construção das referências simbólicas de afeto e limite. Nesse âmbito reside a função dos profissionais que se inserem nesse processo de desenvolvimento do outro (adolescente), especificamente dos profissionais do Sistema Socioeducativo.

Nessa relação com esse outro (adolescente) também o adulto (pais ou profissionais) deve posicionar-se num novo lugar, o de aprendiz. Pois nesse processo, seria muito desperdício limitar o desenvolvimento pessoal e social ao adolescente. Se o “adulto” compreender-se também como pessoa em desenvolvimento pode contaminar-se pela energia adolescente, dar-lhe ouvido e refletir sobre o que está posto para si próprio, sobre o que exige ou aceita como comportamentos e posturas corretas. Um exercício um tanto quanto difícil para a estabilidade e conforto da maturidade, mas extremamente válido para o crescer do ser.

4 AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DOS SUJEITOS QUE TECEM A REDE

Com novos instrumentos de reflexão cabe-nos agora direcionar um outro olhar para a questão do adolescente com envolvimento em ato infracional. Esse conhecimento da psicanálise, que para mim, novo, trabalhei durante o curso tecendo Redes, oferecido pelo IASES – Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – deve ficar para nós, os sujeitos que estão nas linhas da rede de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, como uma responsabilidade no desenvolvimento de nosso trabalho. Particularmente, para mim enquanto assistente social, o significado dessa formação foi a agregação de uma visão quanto a questão da adolescência e o ato infracional.

Portanto, após toda a discussão da constituição do sujeito garantindo-lhe um lugar significativo no mundo, vale refletirmos agora quanto ao nosso lugar nessa rede de atendimento. E esse atendimento implica em relações entre o profissional e o sujeito atendido e entre profissionais. Nessas relações estabelecidas podemos manter a

objetificação do adolescente. Se o reduzimos a bandido que deve ser rigorosamente punido, ou à pobre coitado vítima da sociedade massacrante, não estamos considerando a possibilidade de ele agir sobre sua própria vida. Essas duas visões reducionistas podem representar, ou reproduzir, a autoridade massacrante do pai ou o amor incondicional da mãe que justifica e apazigua os erros do filho. Assim mantemos o sujeito na posição de objeto.

Nessas relações que nos encontramos enquanto profissionais podemos contribuir para afirmar ou desconstruir uma identificação trazida pelo adolescente. E a promoção, de fato, de uma identificação positiva deve ser reafirmada em todos os cenários dessas relações, ou seja, em todos os ambientes de atendimento, em toda a rede.

O SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – (CONANDA, 2006, p. 23) nos esclarece quanto à composição do Sistema de Garantia de Direitos, formado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Sistema Educacional e Sistema de Justiça. Estes são constituídos de serviços, programas, projetos e benefícios que devem ser acionados e estarem disponíveis num nível de qualidade para o atendimento prioritário à criança e ao adolescente (art. 4º da Lei nº 8.096/90), e constituírem uma forma de garantia do espaço do adolescente na sociedade, enquanto sujeito autônomo.

Contudo, esse formato desconsidera a família e o próprio adolescente enquanto sujeito na busca de seu espaço e a família como promotora deste, em conjunto com os sistemas de acesso a direitos. Não pretendo de forma alguma sugerir que a família e o adolescente são os próprios responsáveis pela garantia dos direitos do adolescente, pois esta é dever primeiro do Estado. A intenção aqui é levantar todos os sujeitos de fato envolvidos no processo socioeducativo do adolescente em cumprimento de Medida Sócio-Educativa (MSE), e colocar ele próprio e sua família ao lado dos educadores dos programas, dos servidores da saúde, assistência social e educação e dos agentes da justiça. Para assim podermos trançar uma rede de promoção de um sujeito com a integração deste em todos os processos (ou procedimentos) de atendimento. O adolescente deve integrar a rede, e não apenas cair nela, como que por sorte de ter sido fígado por pessoas de bem que vão resgatá-lo do mar de misérias que vivia até então. O adolescente, e sua família, precisam ter uma visão integral e consciente do tipo de serviço que estão acessando, que responsabilidades têm em relação a ele e como podem interferir, junto com aos outros sujeitos. Começa aí, de fato a garantia de um espaço para este adolescente enquanto agente histórico.

4.1. O SISTEMA DE JUSTIÇA – CONSIDERAÇÕES PECULIARES

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), consubstanciado em documento elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) a partir de uma construção coletiva e democrática de governo e representações da sociedade civil, publicado em 2006, define sistematicamente os serviços necessários à promoção dos adolescentes que vivenciam situação de envolvimento em ato infracional. Nessa sistemática prevê-se o funcionamento efetivo de serviços públicos essenciais que

garantam o acesso a direitos e respeito à dignidade humana. Ou seja, Sistema de Atendimento Socioeducativo, Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Educacional e Sistema de Justiça constituídos de serviços suficientes e de qualidade, capazes de redirecionar alguns significados da vida dos adolescentes; capazes de promover a constituição desse sujeito, quem já sofreu falhas anteriores nas relações familiares. Esses serviços devem representar o espaço e o momento de promoção do sujeito a partir da construção de possibilidade de “novos enquadres”. Por isso devem ser eficientes, humanizados, integrados e prioritários ao atendimento da criança e adolescente.

Contudo, não vemos nada próximo desses adjetivos. É claro e indiscutível que os serviços de saúde, educação, assistência social, justiça e o atendimento socioeducativo têm um longo caminho até o alcance da qualidade e eficiência necessários a atender às demandas a que se propõem. Mas, visualizamos algumas possibilidades a partir das discussões e questionamentos dos serviços, pelos seus próprios agentes, do refletir as práticas e condições de trabalho, e a busca conjunta de alternativas de avanço. Esse ambiente democrático pode ser percebido em alguns âmbitos dos serviços de responsabilidade do poder executivo.

Quanto ao Sistema de Justiça, levanto aqui uma abordagem específica por ser este, a porta de entrada no atendimento socioeducativo. Seria esse o lugar primeiro a direcionar um olhar ao adolescente, diverso à posição de criminoso. Quando, na verdade, temos um sistema de justiça organizado numa lógica de criminalização desse sujeito com uma história de vida de exclusão e falhas.

A partir da compreensão trazida pela Criminologia Crítica, fazemos uma leitura da organização do Sistema de Justiça como o promotor da criminalização de quem não tem acesso à riqueza. Isso ocorre a partir da criação das leis, pois quem define o que é crime define também quem é criminoso. E do processo de execução das mesmas. Ou seja, como é tratado cada crime e cada criminoso, a relevância e punição dada a crime contra o patrimônio público e contra o patrimônio privado, a desqualificação enquanto pessoa daqueles que cometem crimes hediondos sadicamente divulgados pela mídia para camuflar nosso cotidiano recorrente de horrores, e esquecendo que os autores de crimes hediondos são indivíduos do nosso mundo, que aqui encontraram espaço para ações desumanas.

Assim como toda a organização do Estado brasileiro (apesar de uma constituição cidadão), o Sistema de Justiça de nosso país está estruturado a partir da lógica do capital.

Junto a isso, o tal Princípio da Seletividade Penal seleciona alguns sujeitos, ou classe, para serem alvos da justiça, para representarem a ação da justiça e a razão de ser de todo o Sistema de Justiça. Mesmo que a aplicação da lei não seja garantida em toda sua amplitude e abrangência, e que isso não contribua em nada para a vida em sociedade, regulada e orientada por essas leis.

Essa forma de organização do Sistema de Justiça está baseada em um determinado projeto de sociedade. São práticas e fazeres profissionais direcionados pelo paradigma neoliberal, para atender à manutenção do sistema capitalista de produção.

Mas o Sistema de Justiça não é o único serviço que funciona numa lógica de manutenção da exclusão e do lugar de criminoso ao excluído. Podemos citar exemplos do nosso cotidiano no Sistema Socioeducativo que reproduzem essa lógica:

- Escola pública estadual que se nega a atender solicitação de vaga escolar do Programa de Medidas em Meio Aberto, argumentado que já enfrenta problemas por atender “esse tipo de adolescente” na escola;
- Centro de Educação Infantil Municipal resistindo a receber um adolescente para o cumprimento de medida de prestação de serviço à comunidade argumentado considerar arriscado receber esses adolescentes já que na comunidade havia “muitos deles”;
- Aplicação de medida de liberdade assistida de um mês;
- Aplicação de medida de liberdade assistida à adolescente que brigou com vizinha, e a mesma medida aplicada à adolescente que cometeu assassinato;
- Apreensão de adolescente pela polícia, dentro do Programa de Medida em Meio Aberto, sem mandado judicial e sem flagrante;
- Extinções da medida de adolescentes que reiteradamente não cumpriram medida em meio aberto;
- Desqualificação e descrédito por parte do setor de finanças municipal quanto ao investimento em programa de medida em meio aberto, não realizando devidamente os processos de execução de recursos;
- Dificuldade de implantação do programa de semi-liberdade em município da Grande Vitória por resistência dos moradores do bairro onde foi alocado o imóvel;
- Impedimento de defesa técnica por advogado da equipe do Programa de Medida em Meio Aberto, ao adolescente atendido no Programa.

Esses fatos, corriqueiros no cotidiano do atendimento socioeducativo, refletem toda uma lógica de poder, o real interesse da sociedade para a vida desses adolescentes. E ainda contribuem para marcar ou começar a definir o lugar de criminoso, promovendo comportamentos violentos.

4.2. O DESAFIO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Diante desse panorama, o mínimo que podemos descrever é um incômodo profissional e enquanto pessoa humana. Aprender a lógica que rege a execução das medidas socioeducativas e demais políticas sociais públicas e desenvolver um trabalho dentro delas é desconfortante, incômodo, mas também propulsor e transformador das ações profissionais.

Apesar de saber que o Sistema de Justiça é onde percebemos essa lógica marcada com maior clareza e despudor, esse que deveria ser o espaço incontestado da garantia da dignidade e do direito. E essa conclusão causa um desconforto físico mesmo, um

desnorreamento e dúvida no trabalho profissional, uma névoa densa e escura nas projeções para a efetivação do Sistema de Atendimento Socioeducativo; uma sensação de estrangulamento, de amarras presas por nós que quanto mais mexidos parecem apertar ainda mais.

Nesse contexto, o que cabe então, o que de fato é possível ser efetivado pelo profissional, um tanto quanto distanciado dos âmbitos de poder e decisão?

Vemos que a única alternativa que se mostra possível é a de marcar comportamentos profissionais que abram espaço para o sujeito. Marcar posições de humanização diante de situações de abuso de poder de detrimento de direitos, de submissão do outro enquanto segregado. Que nossas falas, olhares, encaminhamentos, atendimentos e toda a gama de atribuições profissionais demonstrem o respeito à dignidade do adolescente atendido, promovendo seu espaço enquanto sujeito. E essas posturas são completamente diversas da permissividade, da proteção do erro ou, como a mídia e o senso comum costumam definir: “passar a mão na cabeça de bandido”. O que deve ser marcado de fato é a presença da lei e do limite anteriormente falho (lei paterna); é a reflexão das ações por parte do indivíduo e abertura de possibilidade de que ele se reflita enquanto indivíduo, descobrindo-se, abrindo espaço para outras atitudes que não a de criminoso. Pois em nossos comportamentos cotidianos corremos o risco de manter a objetificação desse indivíduo se não o considerarmos enquanto sujeito capaz de reflexões e escolhas. Podemos mantê-lo na errância ou na definição de criminoso se o encararmos como vítima da sociedade ou da família, e como coitado incapaz de assumir outro lugar que não o que escolheram para ele; ou ainda se desconsiderarmos sua história de vida, os processos que o levaram ao envolvimento em ato infracional.

E cada serviço, cada atendimento, cada profissional deve ter o olhar amplo para todas as questões trazidas por esses indivíduos: questões macro, da ordem dos processos societários, e questões pessoais, da ordem da constituição do sujeito. Se assim nos direcionarmos, possivelmente avanços significativos na constituição de redes de serviços efetivas podem ser alcançados.

REFERÊNCIA

- 1 AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Bontempo Editorial, 2005.
- 2 BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Renan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- 3 BASTOS, Ruth Ferreira. Projeto Te-Sendo a Rede: Formação Continuada dos Profissionais do Sistema Socioeducativo Estadual. **Realização IASEAS**. Execução: ELPV e FDV, 2008.
- 4 DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Companhia de Freud.
- 5 Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1989: Estatuto da Criança e do Adolescente.

- 6 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília – DF: CONANDA, 2006.

CENSO ESCOLAR – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES PARA A EDUCAÇÃO

Sayonara Marrane Franco¹⁶

Sueli Cancian de Oliveira¹⁷

Josete Pertel¹⁸

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga¹⁹

RESUMO

Este artigo pretende mostrar a importância do Censo Escolar na coleta de dados pelas instituições de ensino, realizado anualmente, através do INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anízio Teixeira. Na área da educação o Censo Escolar é responsável por fornecer informações coletadas de todas as especificidades escolares. Aqui o nosso foco será a evolução ou declínio de matrícula e como o poder público poderá aplicar seus recursos financeiros dentro dos Estados e Municípios. Através de dados estatísticos anuais, é demonstrado um pouco da realidade escolar brasileira, como funciona o processo de coleta de dados, as modalidades de ensino que oferecem esses dados, informações e resultados segundo a região geográfica, tendo como finalidade esclarecer o que significa o Censo Escolar e conseqüentemente, o melhor aproveitamento destes dados na própria educação.

PALAVRAS – CHAVE: Dados, educação, resultados, ensino.

ABSTRACT

This article aims to show the importance of the School Census data collection by the institutions, conducted annually by the INEP - National Institute of Educational Research Anízio Teixeira. In education the School Census is responsible for providing all information collected from the specific school. Here our focus will be evolution or declining enrollment and how the public can apply their financial resources within the states and municipalities. Through annual statistical data, is shown a bit of reality Brazilian school, how does the process of data collection, methods of education that offer such data, information and results according to geographic region, with the purpose to clarify what it means to the Census school and consequently, the best use of these data in their own education.

Keywords: Information, education, outcomes, education.

¹⁶ Aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

¹⁷ Aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

¹⁸ Coordenadora do curso Tecnólogo em Agronegócios e professora dos cursos de Pedagogia e Agronegócios da Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Doutora em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa.

¹⁹ Coordenadora dos cursos de Letras e Pedagogia da Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Mestranda em Ciências Contábeis pela FUCEPE – BUSSINESS SCHOOL. Especialista em Didática do Ensino Superior pelo Instituto de Ensino Superior de Nova Venécia. Especialista em Língua Portuguesa e Língua Inglesa pelo Instituto de Ensino Superior de Nova Venécia. Graduação em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respektivas Literaturas.

1 INTRODUÇÃO

O Censo Escolar é um importante levantamento estatístico-educacional, de âmbito nacional realizado, anualmente, pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Estes levantamentos têm como colaboradores as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do Brasil.

As informações do Censo Escolar tornam-se assim o principal instrumento de coleta de dados de informações da Educação Básica no Brasil que compreende as seguintes etapas e modalidades: Ensino Regular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O seu papel não é o de meramente aferir o número de matrículas na rede de ensino, mas fornecer informações importantes para os programas do Governo Federal e para a transferência de recursos aos Estados e Municípios. Além de dar uma visão de como o ensino está evoluindo de região para região para que possam tomar as devidas providências, de acordo com as necessidades de cada escola.

No censo também há resultados sobre o rendimento (aprovação, reprovação) e movimento (abandono, transferência) escolar dos alunos da Educação Básica, e avaliações do INEP (SEAB e Prova Brasil) que são utilizados para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação.

Neste ano de 2009, as escolas atualizarão os dados informados no ano de 2008, referentes às escolas, turmas, alunos, docentes e auxiliares de educação infantil. Deverão também, informar os profissionais/monitores de atividade complementar. Esses dados são sempre relacionados ao ano anterior, pois assim conseguirá abranger todos os levantamentos que se fazem necessários para conclusão dos dados estatísticos. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo fazer um levantamento, enfocando números gerais de matrícula por etapas e modalidades da Educação e por regiões.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CENSO ESCOLAR 2006: INFORMAÇÕES E RESULTADOS

Atualmente, os dados numéricos são importantes para quaisquer planejamentos que se queira fazer. Procurou-se desenvolver uma pesquisa detalhada sobre o assunto Censo Escolar, mas tornou-se difícil um compartilhamento de idéias, porque há poucas referências da qual se possa pesquisar dados completos. Até nas próprias escolas públicas não se encontram informações abrangentes, apenas as que lhe são próprias.

Os resultados finais do Censo Escolar de 2006 contabilizaram, aproximadamente, 55,9 milhões de matrículas e 203,9 mil estabelecimentos educacionais que oferecem as diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica: Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial,

Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional. As matrículas são ofertadas, principalmente, pelas administrações municipais e estaduais de ensino. Em relação ao ano de 2005, a matrícula da Educação Básica em 2006 decresceu 0,9%, o que corresponde, em números absolutos, a 529.740 alunos, mas o comportamento das matrículas é desigual nas etapas, níveis e modalidades de ensino.

De modo geral, as mudanças identificadas na oferta de educação básica podem ser associadas ao momento de reorganização por que passa o sistema de Educação Básica no Brasil.

Um primeiro aspecto a ser destacado é a proposta de organização do ensino fundamental em 09 anos, que já é uma realidade atual, pois o prazo máximo para adequação e participação desta organização pelas escolas é até o ano de 2010. Tal iniciativa vem provocando uma transferência da matrícula de crianças de 06 anos da Educação Pré - escolar para o Ensino Fundamental, o que gera uma queda de matrícula naquela etapa, e uma necessidade de adequação da oferta do Ensino Fundamental às novas demandas.

Em segundo lugar, as características da divisão de atribuições e competências entre os entes federativos continuam a reforçar o processo de municipalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, observado no aumento da participação relativa das redes municipais de ensino na oferta educacional. Nessa reorganização, os estados se responsabilizam definitivamente pela oferta de Ensino Médio e de Educação Profissional e os municípios encarregam-se da oferta de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, cabendo ao governo federal o Ensino de Graduação.

Outro exemplo de reorganização do sistema é o movimento observado em 2006 na educação de jovens e adultos (EJA): a oferta total dessa modalidade ficou estável, porém, a oferta de EJA semipresencial caiu 24,2% enquanto que a oferta de EJA presencial cresceu 5,2%.

Neste contexto, verificaremos na Tabela 1, o número de matrículas de Educação Básica, por Etapas e Modalidades, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação e na Tabela 2 o número de matrículas em 2005 e 2006 segundo Etapas e Modalidades da Educação Básica, que na primeira tabela, encontra-se um detalhamento regional da quantidade de alunos matriculados em 2006 e na segunda apresenta principalmente a variação das matrículas, havendo um decréscimo do ano de 2006 em relação a 2005.

Tabela 1 - Número de Matrículas de Educação Básica, por Etapas e Modalidades, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação, em 29/3/2006

Unidade da Federação	Matrículas de Educação Básica						
	Total	Etapas e Modalidades					
		Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ed. Especial	Ed. de Jovens e Adultos	Ed. Profissional
Brasil	55.942.047	7.016.095	33.282.663	8.906.820	375.488	5.616.291	744.690
Norte	5.374.166	570.580	3.356.716	755.773	22.780	638.955	29.362
Rondônia	496.043	43.315	311.163	59.921	2.727	76.878	2.039
Acre	258.053	27.244	155.829	32.044	1.230	40.546	1.160
Amazonas	1.227.383	126.159	799.985	163.826	5.301	120.171	11.941
Roraima	143.357	16.843	85.127	17.085	373	22.779	1.150
Pará	2.569.777	288.121	1.589.453	370.287	8.856	307.016	6.044
Amapá	233.036	26.010	139.736	37.225	1.284	27.123	1.658
Tocantins	446.517	42.888	275.423	75.385	3.009	44.442	5.370
Nordeste	18.079.266	2.242.166	10.887.853	2.692.512	70.028	2.092.227	94.480
Maranhão	2.449.298	361.973	1.498.743	327.768	8.630	247.709	4.475
Piauí	1.150.474	132.533	668.217	193.313	5.527	145.985	4.899
Ceará	2.880.464	390.490	1.696.204	424.917	10.306	347.285	11.262
R. G. do Norte	1.035.636	137.072	588.241	167.971	2.910	134.795	4.647
Paraíba	1.293.149	148.739	775.045	170.123	5.700	184.474	9.068
Pernambuco	2.820.490	334.776	1.679.485	458.185	15.231	299.304	33.509
Alagoas	1.061.557	97.312	706.862	139.288	2.267	108.627	7.201
Sergipe	653.631	86.939	395.387	88.130	2.449	77.179	3.547
Bahia	4.734.567	552.332	2.879.669	722.817	17.008	546.869	15.872
Sudeste	21.389.348	2.925.118	12.344.341	3.597.691	159.028	1.931.690	431.480
Minas Gerais	5.258.741	557.358	3.343.922	899.730	54.034	317.260	86.437
Espírito Santo	949.285	139.838	560.219	152.412	8.916	73.501	14.399
Rio de Janeiro	4.225.696	485.893	2.425.991	731.754	26.660	473.366	82.032
São Paulo	10.955.626	1.742.029	6.014.209	1.813.795	69.418	1.067.563	248.612
Sul	7.184.746	867.371	4.256.747	1.213.531	94.540	592.123	160.434
Paraná	2.789.527	359.885	1.659.903	480.527	51.205	189.977	48.030
Santa Catarina	1.711.425	243.261	951.192	269.594	16.879	195.953	34.546
R. G. do Sul	2.683.794	264.225	1.645.652	463.410	26.456	206.193	77.858
Centro-Oeste	3.914.521	410.860	2.437.006	647.313	29.112	361.296	28.934
M. G. do Sul	703.791	84.326	433.044	100.057	6.209	75.677	4.478
Mato Grosso	927.299	93.866	578.788	156.942	7.087	86.460	4.156
Goiás	1.595.722	137.791	1.032.596	280.747	8.301	124.452	11.835
Distrito Federal	687.709	94.877	392.578	109.567	7.515	74.707	8.465

Fonte: MEC/INEP.

Nota: Matrícula Educação de Jovens e Adultos (EJA) = Matrícula EJA Presencial + Matrícula EJA Semi-Presencial.

Tabela 2 - Número de Matrículas em 2005 e 2006 segundo Etapas e Modalidades da Educação Básica, em 29/3/2006

Etapas/Modalidades de Educação Básica	2005	2006	Diferença: 2005-2006	Variação % em relação a 2005
Total	56.471.787	55.942.047	-529.740	-0,9
Educação Infantil	7.205.039	7.016.095	-188.944	-2,7
Creche	1.414.343	1.427.942	13.599	1,0
Pré-escola	5.790.696	5.588.153	-202.543	-3,6
Ensino Fundamental	33.534.700	33.282.663	-252.037	-0,8
Ensino Médio	9.031.302	8.906.820	-124.482	-1,4
EJA	5.615.409	5.616.291	882	0,0
Presencial	4.619.426	4.861.390	241.964	5,0
Semipresencial	996.000	754.901	-241.099	-31,9
Educação Especial	378.074	375.488	-2.586	-0,7
Educação Profissional	707.263	744.690	37.427	5,0

Fonte: MEC/INEP.

2.2 CENSO ESCOLAR 2007 E 2008

Mesmo com poucas informações, os resultados do Censo Escolar da Educação Básica relativos a 2008, mostram em relação a 2007, estabilidade da matrícula no ensino fundamental, com 53,23 milhões; aumento de alunos em escolas de educação profissional no país, com acréscimo de 14,7 pontos percentuais; ampliação de matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares, e maior atendimento na educação infantil.

Era de se esperar uma estabilidade da matrícula no ensino fundamental, sobretudo em virtude da queda de natalidade que a população brasileira vem experimentando nos últimos anos.(MINISTRO FERNANDO HADDAD, 2008.)

Os resultados das matrículas da educação básica de 2008 são 0,4% superiores aos do ano passado. De um ano para o outro, a matrícula aumentou em 203.094 alunos. Em números absolutos, o número total de matrículas passou de 53.028.928 em 2007 para 53.232.868 em 2008.

As variações mais significativas foram às da educação profissional, com acréscimo de 14,7 pontos percentuais. A educação profissional concomitante ao ensino médio teve aumento de 19,6%. Já a educação profissional subsequente – oferecida aos estudantes que já concluíram o ensino médio – experimentou aumento de 10,5% no número de matrículas. Segundo Haddad, o crescimento se deu especialmente por causa da oferta maior de educação profissional feita pelas redes estaduais, já que boa parte das escolas da rede federal está em construção ou em fase de licitação.

Há hoje uma compreensão, sobretudo dos secretários estaduais de educação, de que temos de reestruturar o ensino médio, oferecendo condições de educação profissional para a juventude inclusive para que essa juventude veja sentido na sua permanência na escola até a conclusão da educação básica.(MINISTRO FERNANDO HADDAD, 2008.)

De acordo com o ministro, é preciso ter uma meta mais ambiciosa de integração do ensino médio com a educação profissional, mas a maior preocupação do Ministério da Educação – MEC, segundo o ministro, é com o ritmo de transição do ensino fundamental de oito para nove anos, onde até 2010, todas as crianças com seis anos de idade devem estar matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental.

O Censo revela ainda que a maioria dos alunos da educação básica é atendida pela rede pública. Nos 199.761 estabelecimentos de ensino estão matriculados 53.232.868 alunos, sendo que 46.131.825 estão em escolas públicas (86,7%) e 7.101.043 estudam em escolas da rede privada (13,3%). As redes municipais contam com a maior parte dos estudantes, respondendo por 24.500.852 matrículas (46%).

Todos estes dados gerados são utilizados pelo Ministério da Educação para a formulação de políticas e para o desenho de programas, bem como para a definição de critérios para o repasse dos diversos tipos de recursos a escolas, estados e municípios. Também alimenta o cálculo de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que é referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação.

2.3 ENSINO SUPERIOR

Já no âmbito do Ensino Superior, o comparativo de crescimento de matrícula no ano de 2007 em relação a 2006 mostra uma evolução do número de ingressos da graduação presencial por organização acadêmica no Brasil no que segue: Universidades – para o ano de 2006 o número de ingressos foi de 681.645 e em 2007 chegou a 713.595. Nos Centros Universitários teve em 2006 237.413 e em 2007 212.647. E nas Faculdades em 2006 chegou a 529.451 e em 2007 passou para 555.713. Estes dados mostram que apenas os Centros Universitários tiveram decréscimo de seus ingressantes.

Na Educação Tecnológica, seguindo as referências acima, constatou-se que as Universidades em 2006 possuíam 59.366 ingressantes e em 2007 passou para 76.177. Os Centros Universitários de 25.716 em 2006 atingiram 28.131 em 2007. E as Faculdades de 71.775 em 2006, alcançaram 84.039 em 2007, mostrando assim um acréscimo em toda organização acadêmica. Todos estes dados foram coletados dos resultados das principais variáveis, organizado pela Coordenação Geral do Censo da Educação Superior – CGCES e Diretoria das Estatísticas Educacionais – DEED do INEP.

Em relação aos dados dos ingressantes, os índices foram satisfatórios, pois houve um acréscimo considerável de um ano para o outro. O mesmo não ocorre em relação a alunos matriculados e concludentes. Enquanto a matrícula da Graduação Presencial em sua totalidade no ano de 2007 foi de 4.880.381, o número de concludentes foi de apenas

756.799. Na Educação Tecnológica não é diferente, totalizando o número de matriculados em 347.856 e de concludentes de 70.666.

Através desses dados, podemos entender a importância dos levantamentos estatísticos, que podem servir como indicativo para os gestores educacionais, a fim de que se orientem da necessidade de possíveis melhorias e até mesmo de mudanças, seja nos métodos de ensino ou na estrutura institucional.

3 CONCLUSÃO

Os dados apresentados neste trabalho têm a intenção de mostrar a importância das pesquisas feitas através de coleta de dados do Censo Escolar para entender a evolução do quadro de matrículas no Brasil e as informações para mostrar diferenças que em geral houve, na queda no número de matriculados. Também para despertar no leitor que é importante averiguar estes dados e saber o que está sendo feito para melhorar a educação, seja estas melhorias no espaço físico ou adequação profissional. De um modo geral é importante que se possa esclarecer que a educação é um foco principal na prioridade de utilização de recursos públicos e como está ocorrendo a utilização dos mesmos, tendo como base os dados estatísticos do Censo Escolar.

4 REFERENCIAS

1. CENSO ESCOLAR DO INEP. 2005 e 2006 – **INEP**. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 22/03/2009.
2. Site do Ministério da Educação – **MEC**. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 19/03/2009.
3. ORGANIZACION DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS – **OEI**. Disponível em <http://www.oei.es/noticias>. Acesso em 16/04/2009.
4. Portal Colaborativo do Educador - **E-EDUCADOR**. Disponível em <http://www.e-educador.com>. Acesso em 26/03/2009.

Universo Acadêmico

Apresentação

A revista Universo Acadêmico publica trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos, nas áreas ligadas aos cursos oferecidos de graduação, desde que atenda aos objetivos da Instituição. Admite-se, de preferência, autor pertencente à Faculdade, sem limitar, contudo, as contribuições e intercâmbios externos, julgados pelo Conselho Editorial, de valor para a Revista e, sobretudo, para a sociedade brasileira.

Normas de Publicação

Os originais entregues para publicação deverão ser assinados pelo autor e seguir as seguintes normas:

1 Texto

- 1.1 Os trabalhos devem ser inéditos e submetidos ao Conselho Editorial, para a avaliação e revista de pelo menos, dois de seus membros, cabendo-lhe o direito de publicá-lo ou não;
- 1.2 O texto deve ser apresentado em formato A4 (210x297mm);
- 1.3 Os trabalhos e artigos não devem ultrapassar o total de vinte laudas, em espaçamento normal; resumos de dissertação e monografia, duas laudas e resenhas e/ou relatos, não devem ultrapassar quatro laudas;
- 1.4 O texto deve ser entregue em CD e impresso, sendo composto no editor de texto Word for Windows, com fonte Time New Roman 12;
- 1.5 O trabalho deve apresentar obrigatoriamente:
 - Título;
 - Nome(s) do(s) autor(es)
 - Breve currículo do(s) autor(es), enfocando as atividades mais condizentes com o tema trabalhado;
 - Resumo;
 - Abstract;
 - Introdução;
 - Corpo do trabalho;
 - Resultado e/ou conclusões;
 - Referências bibliográficas.

2 Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas deverão ser listadas imediatamente após texto, em ordem alfabética, obedecendo Normas Técnicas.

3 Citações

Qualquer citação no texto deverá ter obrigatoriamente identificação completa da fonte, acrescida da (s) página (s) de onde foi retirada a citação.

Pede-se aos autores

- Seguir rigorosamente o Manual de Normas Técnicas da UNIVEN, que se encontra à disposição de todos na Biblioteca e na intranet do site da Instituição;
- Linguagem condizente como produção científica, evitando abreviações, jargões e neologismos desnecessários;
- Objetividade quanto à construção do título do artigo;
- Apresentação do significado de cada sigla que consta no texto na primeira vez em que ocorre.

Considerações Finais

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e o Conselho de Editoração não se responsabilizará pelas opiniões expressadas nos artigos assinados.